Judiciário em Foco

Assessoria de Comunicação - www.tjce.jus.br - imprensa@tjce.jus.br

GESTÃO 2013-2015

Transparência, valorização do servidor e investimento em infraestrutura

EDITORIAL

A revista *Judiciário em Foco* apresenta as principais ações que geraram mudanças significativas no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) durante a gestão 2013/2015. Investimento de R$ 1,83 milhão em segurança, novas regras do Plantão Judiciário, isonomia salarial, concurso público para juiz substituto, nomeação de novos servidores, construção e reforma de fóruns, instalação de 24 novas Varas na Capital e Interior, premiação e reconhecimento nacional pelo trabalho na área da infância e novo modelo administrativo do Fórum Clóvis Beviláqua contribuíram para o novo cenário.

Alinhada com as exigências da sociedade, a administração buscou o aprimoramento do serviço ao cidadão e investiu em melhores condições de trabalho para magistrados e servidores. Hoje o acesso às dependências das unidades da Justiça é feito por meio de catracas eletrônicas. Apesar das limitações impostas pelo orçamento, foi possível construir os fóruns de Boa Viagem, Assaré, Crateús e Itapipoca, que funcionavam junto a agências bancárias. Passaram a operar em instalações modernas, com mais conforto e segurança.

O presidente do TJCE, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, cumpriu a promessa feita no discurso de posse, em 28 de janeiro de 2013, quando se prontificou a envidar os esforços para a implementação da isonomia salarial, corrigindo uma injustiça que perdurava há dez anos.

A adoção de novas regras para apreciação de processos durante o Plantão Judiciário foi uma das medidas que tiveram ampla repercussão na mídia e em diversos segmentos da sociedade. Uma delas proíbe a análise de pedidos de habeas corpus, liberdade provisória e relaxamento de prisão que tenham como fundamento excesso de prazo, devendo as solicitações serem examinadas no expediente regular pelo Juízo competente.

Em 2014, quando completou 140 anos de existência, a Corte comemorou em grande estilo, com selo alusivo à data, livro e documentário. O material, produzido pela Fundação Demócrito Rocha, resgata a trajetória do Judiciário estadual desde sua instalação em 3 de fevereiro de 1874.

SUMÁRIO

TJCE investe mais de R$ 36 milhões em novos fóruns e reformas de prédios 06

Mais de duzentos servidores aprovados em concurso público são nomeados 10

Servidores têm demandas priorizadas na gestão do des. Gerardo Brígido 11

Instaladas 24 novas Varas em Fortaleza e no Interior 14

Judiciário adota ações de segurança e intensifica recolhimento de armas 15

Presidência promove reformas na sede do Palácio da Justiça 17

TJCE firma convênio para regularizar moradia de famílias com baixa renda 19

Presidência promove encontros regionais com a participação de 77 juízes do Interior 20

Novos juízes devem tomar posse no primeiro semestre de 2015 21

Tribunal adota novas regras para funcionamento do Plantão Judiciário 23

Tribunal de Justiça do Ceará implanta Selo Digital 24

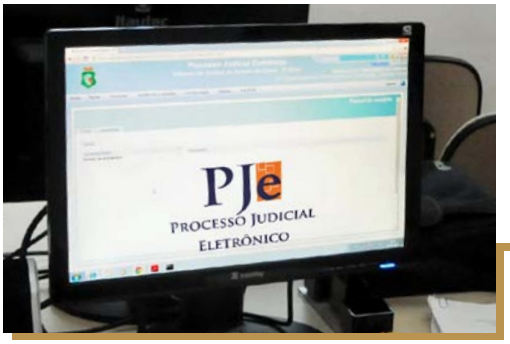
Assessoria de Precatórios paga mais de R$ 43 milhões a credores do Estado e de municípios 25

TJCE e Fórum Clóvis Beviláqua disponibilizam serviço móvel de urgência e emergência 27

Judiciário e Fundação Demócrito Rocha incentivam o exercício da cidadania 28

Tribunal firma convênio para apoiar projeto de combate às drogas 30

Diretoria do Fórum encerra biênio com prêmio em reconhecimento às melhorias gerenciais 31



Plantão especial garante atendimento rápido nas Copas das Confederações e do Mundo 36

Tribunal de Justiça do Ceará recebe premiações por atividades realizadas 37

Vice-presidência analisa mais de 10 mil processos durante o biênio 2013/2015 38

Corregedoria Geral da Justiça atualiza Código do Serviço Cartorário 39

Nupemec capacita servidores em conciliação e mediação 41

Ouvidoria Geral recebe 8.870 demandas no período de dois anos 43

Novos dirigentes do Tribunal de Justiça são eleitos por aclamação 44

Esmec descentraliza atividades e implanta quatro polos de aprendizagem no Interior 46

Tribunal de Justiça instala PJe nos 41 Juizados e nas seis Turmas Recursais 48

Coordenadoria implanta programa para monitoramento de agressores 49

Juizado Móvel de Fortaleza completa 18 anos com mais de 103 mil atendimentos 50

TJCE credencia profissionais para atuar em processos de pessoas carentes 51

Plano Estratégico da Justiça traça diretrizes para os próximos seis anos 52

Cejai julga e habilita 27 procedimentos de adoção internacional no biênio 2013/2015 54

Editora do TJCE lança obras e realiza exposição 55

Grupo de Auxílio analisa mais de 4 mil processos referentes a metas do CNJ 56

"Judiciário em Evidência" completa dois anos de exibição 57

TJCE INVESTE MAIS DE R$ 36 MILHÕES EM NOVOS FÓRUNS E REFORMAS DE PRÉDIOS

Os novos fóruns das Comarcas de Assaré, Boa Viagem e Crateús foram entregues em 2014. No mesmo ano, teve a conclusão das reformas dos Fóruns de Fortaleza, Maracanaú e Horizonte, além do Juizado Especial de Aracati

A construção e reforma de prédios do Judiciário estadual estiveram entre as prioridades da Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará no biênio 2013/2015. O objetivo da modernização é oferecer mais segurança e conforto para magistrados, servidores e usuários.

Em 2014, passaram a funcionar os novos fóruns das Comarcas de Assaré, Boa Viagem e Crateús. No mesmo ano, foram concluídas as obras de ampliação e reforma dos Fóruns Clóvis Beviláqua, de Maracanaú e Horizonte. No mês de janeiro de 2015 houve a finalização das obras do Juizado Especial Cível e Criminal (JECC) de Aracati. O valor investido pelo TJCE totalizou R$ 36.854.881,00.

PADRONIZAÇÃO

Os edifícios são projetados seguindo normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Oferecem todos os itens de acessibilidade, para uso também de pessoas com mobilidade reduzida ou com deficiência. Possuem rampas de acesso, piso podotátil, banheiros adaptados e comunicação visual.

Os ambientes aproveitam ao máximo a iluminação natural, permitindo o funcionamento durante o expediente sem a necessidade de utilizar todas as luzes elétricas.

Na área da segurança, as instalações possuem sistemas contra incêndios e descargas atmosféricas. Há ainda portais detectores de metais nas entradas dos prédios.

ASSARÉ

O novo Fórum da Comarca, distante 502 km de Fortaleza, está em funcionamento desde 30 de junho de 2014. O TJCE investiu R$ 2.223.311,22 na construção, denominada Fórum Promotor de Justiça Ribamar Cortez.

A área construída, de 770,89 m², abriga a estrutura necessária aos serviços da Vara, como protocolo, distribuição, arquivo, salão do júri, secretaria, gabinete do magistrado e sala de audiências.

Com o novo edifício, as sessões do júri popular passaram a ser realizadas dentro do Fórum. No prédio antigo, não era possível pela falta de estrutura, e os julgamentos ocorriam em espaço cedido pela Câmara de Vereadores.

BOA VIAGEM

Entregue no dia 10 de novembro de 2014, o novo Fórum de Boa Viagem, a 222 km da Capital, tem 1.043,21 m² de área construída. No local, funcionam duas varas. O investimento foi de R$ 2.484.898,77.

O Fórum, que leva o nome do desembargador Júlio Carlos de Miranda Bezerra, disponibiliza estacionamento interno com vagas privativas para magistrados e servidores. Na parte externa, há vagas destinadas a pessoas com necessidades especiais.

CRATEÚS

No mês de dezembro de 2014, passou a funcionar o novo Fórum da Comarca de Crateús, localizada a 354 km de Fortaleza. O edifício, denominado desembargador José Olavo de Rodrigues Frota, tem área construída de 1.366,18 m² e anexo de 190 m², que funcionará como arquivo, depósito de bens apreendidos e estacionamento. No prédio, que custou R$ 3.468.423,55, funcionam três Varas e um Juizado Especial.

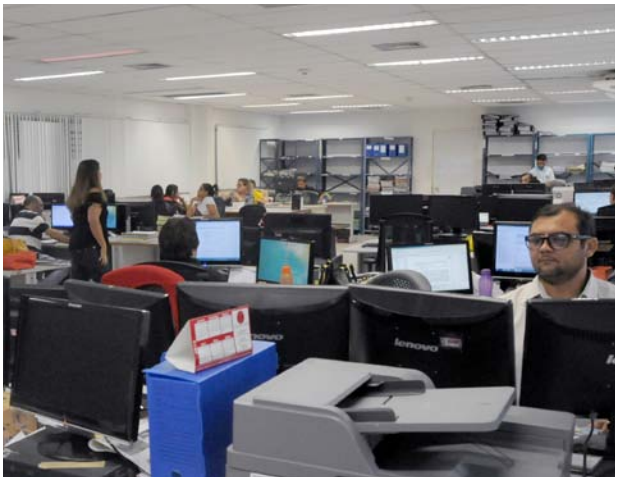
ITAPIPOCA

Em fevereiro de 2015, está prevista a entrega do novo Fórum de Itapipoca, distante 147 km da Capital. São 1.417,64 m², com investimento de R$ 3.600.242,88.

FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA

O presidente do TJCE, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, também determinou prioridade para a conclusão da reforma do Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza. As intervenções foram necessárias para oferecer mais conforto aos usuários e adaptar o prédio ao processo eletrônico.

Foram investidos R$ 10.623.808,93 nas modificações, que incluíram restauração de pisos, tetos e revestimentos internos, além da instalação de divisórias. Houve a substituição da instalação elétrica e de cabeamento para rede de dados. As melhorias envolveram ainda a mudança no layout das salas. O Setor de Protocolo, por exemplo, ganhou novos espaços para otimizar as atividades. A Distribuição também foi contemplada, com ampliação de espaços. Iniciada em outubro de 2010, a reforma do Fórum da Capital ocorreu em etapas.



FÓRUM DE MARACANAÚ

Com início em dezembro de 2013, a modernização do Fórum de Maracanaú (Região Metropolitana de Fortaleza), que somou R$ 1.409.403,55, teve conclusão em agosto de 2014, com troca de telhados, pintura do prédio, aquisição de móveis e reforma dos banheiros. A área externa ganhou novas grades e corrimãos para facilitar o acesso de idosos e pessoas com deficiência.

Além disso, foram criadas mais 30 vagas de estacionamento, construídos alojamento para policiais, guarita de controle de acesso e sala da central de mandados. A cela do Fórum conta agora com espaços separados para homens, mulheres e jovens em conflito com a lei.

Outra novidade é o balcão de informações, que atende em média 250 pessoas por dia. As residências oficiais dos juízes, que estavam desocupadas, foram transformadas em dois depósitos de bens apreendidos. O espaço que antes funcionava como galpão passou a ser o arquivo.

FÓRUM DE HORIZONTE

Em dezembro de 2014, houve a conclusão das melhorias no Fórum de Horizonte (Região Metropolitana da Capital), no valor de R$ 689.040,04. As obras contemplaram ampliação dos espaços, como secretaria, sala de audiências e gabinete do juiz, além da substituição do piso, da cobertura e das instalações elétricas. Também foram disponibilizados novos locais para depósito de bens apreendidos e arquivo, bem como estacionamento coberto. O Fórum, que recebeu mobiliário moderno e climatização, atende aos padrões de acessibilidade e segurança.

JUIZADO DE ARACATI

A reforma do JECC de Aracati (a 148 km de Fortaleza), finalizada em janeiro de 2015, incluiu ampliação de espaços e itens de acessibilidade, como comunicação visual e rampa de acesso. O investimento foi de R$ 437.909,67.

TJCE E CORREGEDORIA

No Tribunal, os policiais da Assistência Militar receberam novo alojamento, proporcionando mais conforto e privacidade. A reforma do Auditório Dom Aloísio Lorscheider foi concluída em maio de 2014 com investimentos de R$ 403,7 mil. O local passou a contar com novos carpetes, isolamento acústico, sistema moderno de áudio e vídeo e portas com barras antipânico (sistema que direciona e facilita a saída em caso de emergência). Também foram recuperadas e higienizadas 324 poltronas. Os estacionamentos foram asfaltados e demarcados com reserva de vagas para idosos e pessoas com deficiência. Em 2014, foi iniciada a ampliação do prédio da Corregedoria Geral da Justiça. O prédio do antigo Palácio da Justiça, na av. Barão do Rio Branco, no Centro, recebeu nova pintura e intervenções para a recuperação da fachada.

MAIS DE DUZENTOS SERVIDORES APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO SÃO NOMEADOS

A maioria ocupará vagas em Comarcas do Interior do Ceará. Ao todo, foram ofertadas 238 vagas e formação de cadastro reserva para cargos de Analista e Técnico Judiciário. A seleção, realizada em 2014, teve homologação do Pleno do TJCE

Aprovados escolhem unidades de atuação de acordo com a ordem de classificação

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) nomeou os 238 servidores aprovados no concurso público realizado em 2014. Desse total, 175 atuarão no Interior e 63 na Comarca de Fortaleza. As nomeações e lotações foram publicadas no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) do dia 8 de janeiro de 2015.

Ao todo, foram ofertadas 238 vagas e formação de cadastro reserva para cargos de Analista Judiciário (áreas Judiciária e Administrativa) e Técnico Judiciário (áreas Judiciária e Técnico-Administrativa).

As provas objetivas e discursivas foram aplicadas em maio de 2014, para 59.163 candidatos. A realização ficou a cargo do Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB).

A lista de convocados, por ordem de classificação, foi publicada no DJE do dia 15 de outubro de 2014. Os aprovados escolheram as lotações seguindo a ordem de classificação.

O prazo de validade é de dois anos, prorrogável a critério do TJCE, por igual período. O desembargador Paulo Airton Albuquerque Filho atuou como presidente da Comissão do Concurso. Também fizeram parte da equipe a secretária de Gestão de Pessoas, Vládia Teixeira, e as servidoras Olívia Mary Paiva Torres e Cinara Marques Moreira.

SERVIDORES TÊM DEMANDAS PRIORIZADAS NA GESTÃO DO DES. GERARDO BRÍGIDO

Órgão Especial aprova resolução sobre o enquadramento dos servidores em novas referências e classes funcionais (isonomia)

As demandas dos servidores do Poder Judiciário foram prioridades na gestão do desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido à frente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). Entre elas, destaca-se a implantação da isonomia salarial que beneficiou mais de 1.300 servidores, especialmente os que trabalham no Interior do Estado. Com a medida, eles tiveram a remuneração equiparada aos da Capital.

Para se ter uma ideia, havia casos em que a diferença de vencimentos chegava a índices de 40% a 50% entre os ocupantes do mesmo cargo. Para aprovar a isonomia (mensagem nº 57/2014), no entanto, o desembargador Gerardo Brígido teve de se articular com o presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, deputado José Albuquerque, e o governador Cid Gomes, além de promover reuniões com os representantes dos sindicatos.

Em 11 de junho de 2014, a mensagem foi aprovada pelos deputados e a lei sancionada no mesmo mês pelo governador. Em agosto, o Órgão Especial do TJCE aprovou resolução regulamentando o enquadramento dos servidores em novas referências e classes funcionais.

PAGAMENTO

Ficou decidido que o pagamento da equiparação vencimental seria feito em cinco etapas anuais, sendo a primeira parcela paga em agosto de 2014, retroativa a julho. As demais, em julho dos anos subsequentes, progressivamente.

HOMENAGENS

O Sindicato dos Oficiais de Justiça do Ceará (Sindojus) entregou placa de reconhecimento ao presidente do

Sindojus presta homenagem ao presidente do TJCE

Sessão da Assembleia em que o projeto da isonomia teve aprovação

TJCE pela atuação na defesa da isonomia. A homenagem ocorreu no Gabinete da Presidência, no Palácio da Justiça, em setembro de 2014.

Gerardo Brígido considerou o agradecimento um gesto de nobreza e ressaltou a importante participação da equipe de trabalho do Tribunal, formada por assessores e juízes auxiliares, que empreendeu esforços para o cumprimento da isonomia. Para o desembargador, o benefício foi fundamental no resgate da dignidade dos profissionais. "Os servidores do Interior tinham um certo sentimento de inferioridade em relação aos da Capital, apesar de exercerem a mesma função e terem um trabalho tão dignificante quanto os servidores da Capital".

O presidente do Sindojus, Mauro Xavier, disse que é preciso reconhecer quando o administrador público tem a fidelidade e a honestidade de se comprometer com os pleitos dos servidores. "É um momento histórico. Em 140 anos de existência do Tribunal, sempre existiu essa diferenciação entre Capital e Interior. O desembargador, junto com sua equipe e com os sindicatos, assumiu o compromisso de resolver esse problema".

Além da placa, o Sindojus colocou próximo às entradas do Tribunal, banners contendo a foto do desembargador e a frase: "Desembargador Luiz Brígido, firmeza no compromisso assumido, seriedade na vontade de fazer. 1.300 servidores valorizados na sua dignidade remuneratório. Obrigado, presidente Brígido!"

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (SindJustiça), publicou, em 23 de setembro de 2014, nota de agradecimento no jornal Diário do Nordeste. Também confeccionou botons e faixas em reconhecimento ao esforço do desembargador para a aprovação da mensagem.

Centenas de servidores da Capital e do Interior também acompanharam a votação da mensagem

DEPUTADOS ELOGIAM EMPENHO DO TJCE

Durante a sessão realizada na Assembleia, em 11 de junho de 2014, deputados e servidores ressaltaram o empenho do Tribunal para aprovação da isonomia. O deputado José Albuquerque elogiou a determinação do presidente da Corte de Justiça estadual.

Ele lembrou que a isonomia era uma luta antiga e destacou a habilidade e a firmeza do desembargador Brígido, que contou com o apoio do governador e de todos os deputados para a aprovação do projeto. O parlamentar Wellington Landim, relator da matéria, disse que, "num gesto de compreensão e de entendimento entre os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, se faz Justiça aos servidores do Judiciário".

Centenas de servidores da Capital e do Interior acompanharam a votação da mensagem. O técnico judiciário da 2ª Vara da Iguatu, Luciano Gomes, definiu aquele dia como histórico. "A aprovação representa a reparação de grande injustiça. Agradeço ao desembargador Brígido que enviou essa mensagem, bem como à direção do nosso sindicato".

Na ocasião, o presidente do SindJustiça, Roberto Eudes, também agradeceu, "primeiro o apoio do desembargador Brígido, depois do deputado Zezinho Albuquerque e do governador Cid que abraçaram a nossa causa".

PCCR

O Tribunal efetivou, em julho de 2014, o pagamento da última parcela referente à implantação da jornada de 40 horas semanais, conforme previsto no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR). A alteração da jornada de 30 para 40 horas semanais foi disciplinada por resolução do Órgão Especial e proporcionou aumento de 33,33% na remuneração dos profissionais. O pagamento foi realizado em duas parcelas de 16,66%, sendo a primeira em julho de 2012.

REMOÇÃO

A realização do 4º Concurso de Remoção permitiu aos servidores pleitearem a mudança de comarca com base em critérios definidos pela administração do TJCE. O resultado, divulgado no Diário da Justiça Eletrônico no dia 27 de julho de 2014, beneficiou 270 servidores. O último concurso havia sido realizado em setembro de 2010.

ASCENSÕES FUNCIONAIS

Durante o biênio 2013/2015, o Tribunal também realizou ascensão funcional para 2.935 servidores, pelos critérios de progressão e promoção por desempenho e antiguidade. De acordo com o coordenador da Comissão de Ascensão Funcional do TJCE, Edílson Baltazar Barreira Júnior, a implementação do benefício representou aporte de 5% nos vencimentos dos servidores regidos pela lei nº 13.551/2004. Já para os enquadrados na lei 14.786/2010, o reajuste foi de 3,6% para os cargos de nível Superior e de 4,1% para os de nível Médio e Fundamental.

As ascensões foram referentes aos interstícios (de junho de 2011 a maio de 2012, e de julho de 2012 a maio de 2013), beneficiando servidores da Capital e do Interior.

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Órgão Especial do TJCE aprovou resolução, em maio de 2014, que aumentou o valor do auxílio-alimentação dos servidores para R$ 450,00 mensais. O reajuste considerou deliberação da Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico da Justiça cearense.

REGULAMENTAÇÃO DA GTR

Em 2013, foi regulamentada a concessão da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR). A iniciativa estabeleceu critérios e parâmetros técnicos de gerenciamento da gratificação. Uma das principais medidas foi a extensão do benefício aos servidores que prestam assistência aos magistrados nas comarcas do Interior.

CAPACITAÇÃO

Nos últimos dois anos, o Plano de Capacitação dos Servidores do Judiciário cearense treinou 1.956 funcionários por meio da oferta de 199 cursos nas áreas de Formação Continuada, Capacitação em Competências Estratégicas, Treinamentos Específicos e Qualidade de Vida. Deste total, 1.615 foram qualificados em competências estratégicas, obedecendo ao Indicador Estratégico nº 23, do Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense 2010-2014.

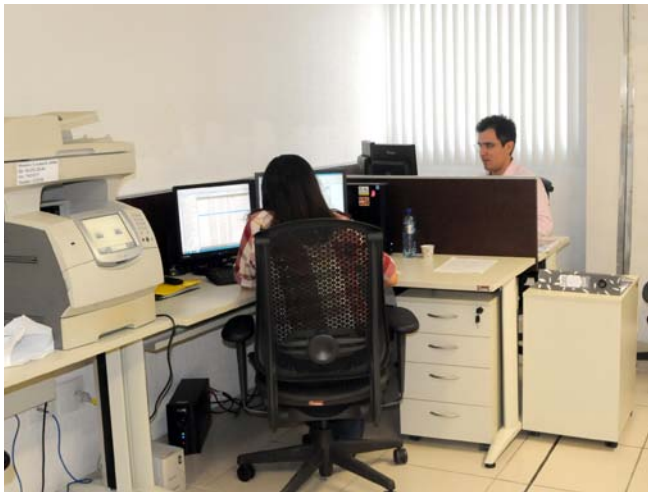
Servidores participam de curso sobre qualidade de vida no trabalho

INSTALADAS 24 NOVAS VARAS EM FORTALEZA E NO INTERIOR

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) instalou 24 Varas, no biênio 2013/2015, contribuindo para atender à demanda processual crescente e dar maior agilidade ao trâmite das ações judiciais. Das novas unidades, 15 funcionam em Fortaleza, no Fórum Clóvis Beviláqua, e as demais nas comarcas de Caucaia, Juazeiro do Norte, Crato, Iguatu, Itapipoca Tianguá.

Na Capital, as especialidades contempladas foram Cível, com a instalação, em janeiro de 2015, de nove novas Varas, totalizando 39 unidades da espécie; e Fazenda Pública, em janeiro de 2014, com mais seis Varas, somando ao todo 15 unidades dessa competência.

As implantações foram determinadas pela Resolução nº 2/2013, aprovada pelo Pleno do TJCE no dia 22 de novembro e publicada no Diário da Justiça do dia 27 do mesmo mês. Já a operacionalização das medidas necessárias para a instalação e a redistribuição dos processos na Comarca de Fortaleza ficou a cargo da administração do Fórum Clóvis Beviláqua.



Comarca de Fortaleza foi contemplada com mais nove Varas Cíveis

Foram instaladas mais seis Varas da Fazenda Pública na Capital

INTERIOR

A Comarca de Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza, passou a contar, em julho de 2013, com quatro novas Varas. Duas delas são da área Criminal (3ª e 4ª), completando quatro unidades dessa especialidade.

As outras duas são responsáveis por processar e julgar processos relativos à área de Família e Sucessões (1ª e 2ª). Essas novas unidades receberam todo o acervo processual referente à matéria que tramitava nas duas Varas Cíveis.

A Comarca de Caucaia ganhou mais quatro Varas

Juazeiro do Norte, distante 535 km de Fortaleza, recebeu, em dezembro de 2013, uma nova Vara Cível, somando três unidades dessa competência. A Comarca do Crato, a 527 km da Capital, também teve aprovada, em outubro de 2013, a instalação de mais uma unidade (5ª Vara), com competência privativa para julgar casos de Família e Sucessões.

A Comarca de Iguatu, localizada a 384 km de Fortaleza, foi beneficiada com a instalação da 3ª Vara, em junho de 2013. Itapipoca, a 147 km da Capital, passou a contar, em fevereiro do mesmo ano, com mais uma unidade, ficando, assim, com três Varas e um Juizado Especial Cível e Criminal. Em janeiro de 2015 foi instalada a 3ª Vara da Comarca de Tianguá, a 335 km de Fortaleza.

JUDICIÁRIO ADOTA AÇÕES DE SEGURANÇA E INTENSIFICA RECOLHIMENTO DE ARMAS

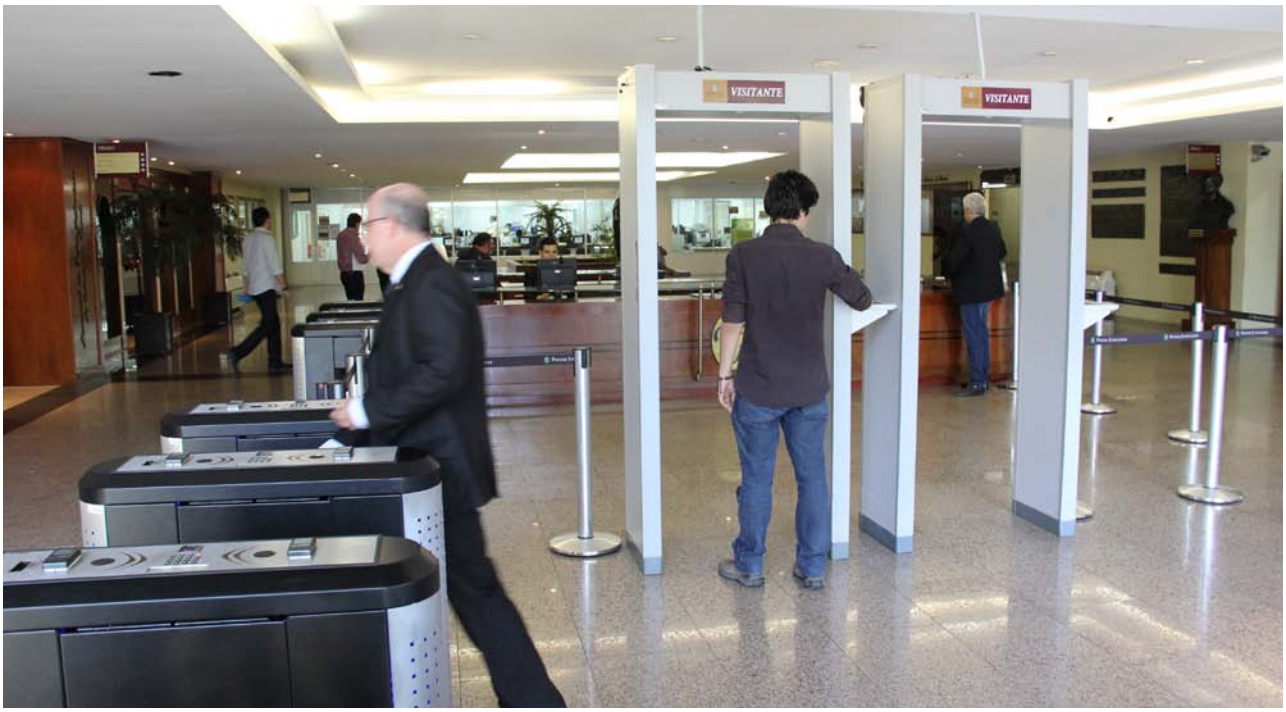
O investimento em segurança para magistrados, servidores e visitantes de prédios da Justiça cearense foi uma das marcas da gestão 2013/2015. Também foi intensificado o recolhimento de armas nas comarcas do Interior

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) instalou 248 portais de segurança no Palácio da Justiça, no Fórum Clóvis Beviláqua, nas demais unidades da Capital e Região Metropolitana, além dos fóruns e Juizados Especiais do Interior do Estado. Localizados nas entradas das unidades, os portais têm sinais luminosos e sonoros. O equipamento é capaz de distinguir armas de fogo ou branca.

"Em um prédio de grandes dimensões, por onde passam diariamente cerca de cinco mil pessoas, é necessário o controle de frequentadores, de forma a proporcionar maior segurança a usuários e profissionais da Justiça", afirmou o diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, juiz Francisco Luciano Lima Rodrigues.

Segundo o magistrado, a nova sistemática de acesso também otimiza o uso do prédio. "Os equipamentos são um marco e atendem aos anseios da magistratura, demonstrando a sensibilidade da gestão do desembargador Gerardo Brígido com a questão da segurança", declarou o juiz.

Ao todo, foram adquiridos, por meio de licitação, 260 pórticos de segurança. Foram instaladas ainda 70 catracas eletrônicas de acesso pessoal, software de sistema de visitantes, além de circuito fechado de TV. Todos os servidores do Judiciário cearense passaram a usar crachá com identificação magnética e foto. Também foi implementado o cadastro de visitantes, com utilização de cartão magnético. O investimento em segurança, durante o biênio 2013/2015 representou o montante de R$ 1.834.383,48.



Portal é capaz de distinguir armas de fogo ou branca, além de objetos de uso pessoal

Portais detectores de metais também foram instalados no Interior do Estado

RECOLHIMENTO DE ARMAS

No biênio 2013/2015, o Poder Judiciário cearense, por meio da Assistência Militar do TJCE, enviou 30.374 armas para incineração, junto ao Exército Brasileiro. Entre o material estão revólveres de diversos calibres, fuzis, rifles, escopetas e metralhadoras. Armas brancas como facas, foices e machados também foram encaminhadas para destruição.

O material foi recolhido de fóruns da Capital e do Interior pela comissão de policiais militares responsável pela guarda e transporte do armamento. A iniciativa, de acordo com o major Lourival Cordeiro Lima, assistente militar do Tribunal, em respondência, teve como objetivo reduzir o estoque de material bélico dentro das unidades do Poder Judiciário e evitar ações delituosas, colaborando assim para a segurança pública do Estado.

Também foi instituído o Cadastro de Armas de Fogo do Poder Judiciário (Cadarm). O sistema proporciona a eficiência no controle e a celeridade no recolhimento e destruição de armas.

As ações estão de acordo com a Resolução nº 134, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Consideram ainda a lei nº 10.826/2003, que dispõe sobre a destruição ou doação de armas de fogo apreendidas aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas.

BRIGADAS DE INCÊNDIO

Desde o início da gestão 2013/2015, foram qualificados 287 brigadistas no Poder Judiciário estadual. Do total, 106 são de comarcas da Capital e da Região Metropolitana, enquanto 181 foram capacitados no Interior do Estado.

O curso, com carga horária de 20 horas/aula, foi ministrado por instrutores e monitores da 8ª Seção de Bombeiros, que têm mais de 15 anos de serviços prestados à corporação.

As aulas envolveram técnicas de combate a princípio de incêndio e atuação em casos de socorros de urgência. Também houve simulação de situações de perigo em que é preciso evacuar o prédio de forma rápida e segura.

Ao final do curso, os brigadistas ficam aptos a avaliar os riscos existentes no estabelecimento, inspecionar equipamentos de combate a incêndio e elaborar rotas de fuga, além de apresentar relatório de irregularidades encontradas aos setores competentes. No que diz respeito às ações de emergência, eles poderão identificar a situação, acionar alarme, coordenar o abandono da área, acionar o Corpo de Bombeiros, auxiliar no atendimento pré-hospitalar, entre outras.

Mais de 30 mil armas foram encaminhadas para incineração

PRESIDÊNCIA PROMOVE REFORMAS NA SEDE DO PALÁCIO DA JUSTIÇA

No prédio do TJCE, foi concluída a reforma do Auditório Dom Aloísio Lorscheider e construído novo alojamento para a Assistência Militar. Os estacionamentos passaram a contar com vagas demarcadas para melhor atendimento aos magistrados, servidores e visitantes

Auditório Aloísio Lorscheider ganha sistema moderno de áudio e vídeo

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) concluiu a reforma do Auditório Cardeal Dom Aloísio Lorscheider, em julho de 2014. Foram instalados 528 m2 de carpete em placas e providenciado novo isolamento acústico. Houve a recuperação das instalações elétricas e de 324 poltronas.

De acordo com o engenheiro Carlos Riccieri Cavalcante Fernandes Lima, diretor do Departamento de Engenharia do TJCE, foram investidos R$ 403,7 mil na obra, que incluiu, também, pintura e modernização de áudio e vídeo (multimídia). O auditório ganhou ainda portas com barras antipânico (sistema que direciona e facilita a saída das pessoas em caso de emergência).

O auditório foi inaugurado em 3 de fevereiro de 1997 na gestão do desembargador Ari Cisne.

ESTACIONAMENTOS

Os estacionamentos do Tribunal passaram por mudanças para melhor atender magistrados, servidores e visitantes à sede do Poder Judiciário. Foram redefinidos os espaços reservados para Pessoas em Cadeira de Rodas (PCR), idosos e demais usuários.

As obras, que ocorreram nos meses de outubro e novembro de 2014, contemplaram os estacionamentos localizados entre os prédios da Corregedoria Geral da Justiça e do Centro de Documentação e Informática (CDI).

Com a reforma, a sede do TJCE passou a dispor de 412 vagas. Desse total, 28 são destinadas a idosos e seis para deficientes.

Após as melhorias, as vagas especiais passaram a ser utilizadas somente mediante apresentação de cre-

dencial expedida pela Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e Cidadania de Fortaleza (AMC).

A medida é válida para idosos, deficientes e pessoas com mobilidade reduzida. Está de acordo com as Resoluções nº 303 e 304/08, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que disciplina e estabelece normas e critérios de utilização de vagas especiais em estacionamentos públicos.

Outra melhoria é a disponibilização de portão para acesso à avenida Washington Soares, no sentido da CE–040

ALOJAMENTO MILITARES

Em agosto de 2014 passou a funcionar o alojamento Coronel PM Cauby Aguiar Filho. As instalações foram disponibilizadas para policiais e bombeiros da Assistência Militar do TJCE.

O local, climatizado, oferece mais conforto e privacidade com a divisão da ala feminina e masculina.

ACESSO AO CAMBEBA

A partir de 5 de novembro de 2014, foi disponibilizada mais uma saída do Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, facilitando o fluxo que, nos horários de pico, ficava concentrado apenas na saída pela avenida General Afonso Albuquerque Lima. A nova passagem dá acesso à avenida Washington Soares, no sentido da CE–040. O local fica aberto das 11h30 às 12h30 e das 16h30 às 18h30.

Durante reunião, ocorrida em setembro, com o presidente do Tribunal, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, o prefeito Roberto Cláudio anunciou que a avenida Miguel Dias deverá se tornar via de acesso direto ao Cambeba, tornando-se opção para o tráfego da avenida Washington Soares.

Alojamento dos militares é dividido em três ambientes

Tribunal oferece 412 vagas de estacionamento, incluindo 28 para idosos e deficientes

TJCE FIRMA CONVÊNIO PARA REGULARIZAR MORADIA DE FAMÍLIAS COM BAIXA RENDA

Convênio de cooperação firmado entre o TJCE, a Prefeitura de Fortaleza e o Governo do Ceará tem beneficiado mutuários da Companhia de Habitação do Ceará. Mais de 2.200 famílias já receberam o título de propriedade do imóvel

O presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, o prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, e o ex-governador do Ceará, Cid Gomes, assinaram, no dia 13 de agosto de 2013, no Paço Municipal, o convênio "Papel da Casa", que estabelece medidas para a conclusão da regularização fundiária de casas populares destinadas a famílias de baixa renda.

O documento traz uma série de benefícios. Entre eles, a suspensão temporária da taxa administrativa da Companhia de Habitação do Ceará (Cohab/CE), remissão e isenção de tributos municipais, além da redução das quantias cobradas pelos cartórios para fins de registro imobiliário. Sobre esse item, a Corte de Justiça providenciou, por meio da lei estadual nº 15.381/2013, a redução em 70% dos valores dos emolumentos, das parcelas do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário estadual (Fermoju) e dos selos de autenticidade.

A medida foi estabelecida com validade de um ano, prorrogável por igual período. No dia 24 de julho do ano passado, o Pleno do TJCE referendou decisão do Órgão Especial que prorrogou, até 15 de julho de 2015, a redução das taxas para registro de imóveis.

Ao Governo do Estado coube a função de emitir as escrituras sem custo. Já a Prefeitura encaminhou à Câmara Municipal projeto de lei para garantir a remissão dos débitos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos últimos cinco anos e a isenção do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

No ano passado, foram entregues título de propriedade de imóvel a 2.256 famílias que moram em casas construídas pela Cohab, por meio do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). A meta é beneficiar as 22.877 famílias na mesma situação.

O convênio foi firmado entre TJCE, Governo do Estado e Prefeitura de Fortaleza durante solenidade no Paço Municipal

PRESIDÊNCIA PROMOVE ENCONTROS REGIONAIS COM A PARTICIPAÇÃO DE 77 JUÍZES DO INTERIOR

As reuniões ocorreram nas Comarcas de Crateús, Limoeiro do Norte e Juazeiro do Norte. Os objetivos foram conhecer de perto a realidade dos magistrados e anunciar melhorias em segurança e nomeação de novos servidores

A reunião em Limoeiro contou com 26 juízes

Durante as visitas a comarcas do Interior do Estado, o presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, manteve diálogo com juízes e servidores em busca de solução conjunta para aperfeiçoar a atuação do Judiciário. Além disso, o desembargador apresentou os projetos desenvolvidos no biênio 2013/2015, com a finalidade de assegurar o bom funcionamento das unidades.

A construção de novos fóruns, investimento em segurança, realização de concursos públicos e a isonomia salarial representam as principais conquistas. Em todos os fóruns, houve a instalação de portais detectores de metais. São 248 pórticos, além da distribuição de 214 equipamentos portáteis de detecção de metais para os magistrados.

Em fevereiro de 2014, teve início o concurso para servidor, que ofereceu 238 vagas e formação de cadastro reserva para cargos de nível médio e superior. As provas foram aplicadas em maio. Em janeiro, foram nomeados e, logo em seguida, entraram em exercício.

Em fevereiro do mesmo ano, o TJCE lançou concurso para juiz substituto. A medida é necessária porque no concurso de 2012, o número de aprovados não foi suficiente para preencher as vagas. A previsão é finalizar a seleção em maio de 2015.

Depois do empenho da Presidência do Judiciário, a isonomia salarial entre servidores lotados em Fortaleza e no Interior foi aprovada, por unanimidade, em 11 de junho de 2014, pela Assembleia Legislativa. A sanção da lei pelo governador Cid Gomes ocorreu no dia 26 do mesmo mês.

O encontro em Juazeiro do Norte ocorreu no dia 11 de novembro de 2013

Em 14 de agosto, o Órgão Especial aprovou resolução que regulamenta o enquadramento dos servidores em novas referências e classes funcionais.

Ainda em 2014, passaram a funcionar os novos Fóruns de Assaré, Boa Viagem e Crateús. A entrega do novo prédio de Itapipoca está prevista para fevereiro de 2015. Também em 2014, foi concluída a reforma dos Fóruns Clóvis Beviláqua, de Maracanaú e Horizonte e do Juizado Especial de Aracati.

As reuniões ocorreram nos dias 14 de outubro (Crateús), 4 de novembro (Limoeiro do Norte) e 11 de novembro de 2013 (Juazeiro do Norte). Ao todo, 77 juízes participaram dos encontros, que há seis anos não eram promovidos por um presidente do TJCE. Contaram com a presença de secretários e assessores.

NOVOS JUÍZES DEVEM TOMAR POSSE NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015

O concurso segue regras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Começou em 2014 e deve ser concluído em maio de 2015. Um dos requisitos para o cargo é a comprovação da atividade jurídica pelo período mínimo de três anos

O concurso para juiz substituto do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), que teve início em fevereiro de 2014, está prosseguindo de acordo com cronograma definido no edital de abertura, e deve ser concluído até maio de 2015. Mais de cinco mil pessoas se inscreveram, para concorrer a 80 vagas. O certame segue a Resolução nº 75/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Há possibilidade de formação de cadastro reserva, pois atualmente existem 96 cargos vagos. No último concurso para juiz, encerrado em 2012, 38 candidatos foram aprovados.

O prazo de validade do concurso é de dois anos, prorrogável, a critério do TJCE, por igual período. Um dos requisitos para o cargo é a comprovação da atividade jurídica pelo período mínimo de três anos.

A primeira etapa ocorreu em maio de 2014, com a aplicação de prova contendo 100 questões objetivas. As avaliações discursiva e de sentenças foram aplicadas em julho. No dia 30 de outubro, o TJCE divulgou a lista de aprovados nas provas de sentença cível e criminal. Nessa fase, 165 candidatos obtiveram êxito e poderão prosseguir no certame. O concurso terá ainda as seguintes etapas: inscrição definitiva, sindicância da vida pregressa e investigação social; exame de sanidade física e mental, prova oral e avaliação de títulos.

A Fundação Carlos Chagas (FCC) é a organizadora e está sendo acompanhada por comissão composta pelos desembargadores Francisco Gladyson Pontes (presidente), Clécio Aguiar de Magalhães, Inácio de Alencar Cortez Neto e Maria Edna Martins; além do advogado Tiago Asfor Rocha, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – secção Ceará (OAB-CE). Os suplentes são os desembargadores Carlos Alberto Mendes Forte e José Tarcílio Souza da Silva e o advogado Leandro Vasques.

A comissão do concurso realizou sessão pública para divulgar resultado dos recursos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA CEDE CASAS INATIVAS DE JUÍZES PARA PREFEITURAS, TRE E PGR

Grande parte das casas precisava de recuperação. O custo ficou em torno de R$ 13 milhões. Prefeituras têm utilizado os imóveis para fins sociais

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) cedeu 86 residências oficiais para prefeituras do Interior, Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e Procuradoria Geral da República (PGR). O termo de cessão de uso é válido por cinco anos, podendo ser prorrogado a critério do TJCE.

De acordo com o assessor especial da Presidência do Tribunal, Luis Eduardo de Menezes Lima, foi feito estudo sobre a quantidade de imóveis oficiais e constatou-se que, das 197 residências no Interior, só 46 estavam sendo ocupadas por magistrados. Grande parte das casas precisava de recuperação, representando custo aproximado de R$ 13 milhões.

Por isso, o chefe da Corte de Justiça estadual, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, enviou ofícios aos prefeitos disponibilizando os respectivos bens. O TJCE também cedeu ao TRE as residências dos municípios de Iracema, Pacajus e Várzea Alegre. Para a PGR foram dois imóveis em Itapipoca e Maracanaú.

De acordo com o assessor especial da Presidência, "o benefício econômico para o poder público é enorme, pois as residências desocupadas serão utilizadas para fins sociais". Em algumas casas estão sendo implantadas unidades de Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Centros de Saúde, entre outros.

Luis Eduardo de Menezes disse ainda que os municípios, o TRE e a PGR serão responsáveis pelos gastos referentes às reformas com infraestrutura dos locais, água, energia elétrica, telefone, limpeza e conservação. Os entes públicos também responderão por eventuais danos e prejuízos causados a terceiros e não poderão transferir ou ceder os imóveis.

O TJCE cedeu 86 casas de juízes inativas

TRIBUNAL ADOTA NOVAS REGRAS PARA FUNCIONAMENTO DO PLANTÃO JUDICIÁRIO

O Tribunal de Justiça do Ceará restringiu, por meio de resolução, as matérias que podem ser apreciadas durante o plantão judiciário, em conformidade com as regras do CNJ

O Plantão Judiciário no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), Fórum Clóvis Beviláqua e 20 Núcleos Regionais, que abrangem todas as comarcas do Interior, passou a funcionar com novas regras em setembro de 2013. O Órgão Especial do TJCE aprovou a Resolução nº 10/2013, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 27 de setembro de 2013, dispondo sobre os novos procedimentos.

Uma das medidas proíbe a apreciação de pedidos de habeas corpus, liberdade provisória e relaxamento de prisão que tenham como fundamento excesso de prazo da prisão, devendo tais pedidos serem analisados no expediente regular pelo Juízo competente.

Também não podem ser examinadas solicitações referentes a levantamento de importância em dinheiro nem liberação de bens apreendidos, sendo limitada a apreciação às matérias previstas no artigo 1º da Resolução nº 71 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

De acordo com a Resolução nº 10/2013 do TJCE, os pedidos que poderiam ter sido apresentados antes do início do plantão e não foram por inércia da parte interessada também não devem ser apreciados. A Resolução especifica ainda que somente poderão ser analisadas as ações ajuizadas durante o plantão judiciário.

As novas regras estão em estrita observância aos termos do art. 10 da Resolução nº 71, de 31 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece parâmetros mínimos a serem adotados.

Uma das medidas proíbe a apreciação de pedidos de habeas corpus, liberdade provisória e relaxamento de prisão que tenham como fundamento excesso de prazo da prisão

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ IMPLANTA SELO DIGITAL

A medida considerou o dever do Poder Judiciário de orientar, fiscalizar e propor medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços extrajudiciais e também lei federal que determina a inserção dos atos praticados pelos cartórios em sistema de registro eletrônico

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) deu início à implantação do selo extrajudicial digital que deverá ser usado por cartórios da Capital e do Interior. Desde o último dia 13 de novembro, a ferramenta está sendo utilizada, em caráter experimental, pelas serventias extrajudiciais de Fortaleza e, gradativamente, será implantada nas demais regiões do Estado.

O objetivo do projeto Selo Digital é aprimorar a segurança dos atos praticados nos cartórios e permitir maior controle e fiscalização. A iniciativa consiste na virtualização dos selos extrajudiciais, possibilitando redução de custos ao Tribunal. De acordo com o secretário de Finanças do TJCE, José Joaquim Neto Cisne, o projeto proporcionará economia de 30% relativa à aquisição do selo.

Além disso, o cidadão poderá consultar no site do Tribunal (http://selodigital.tjce.jus.br/portal) a validade das autenticações, averbações e registros em geral, bastando, para isso, informar o número impresso no selo. "Essa tecnologia vai, cada vez mais, possibilitar ao cartório oferecer serviços de forma mais célere e de melhor qualidade para a sociedade", destacou o gerente de projetos da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin), Marcos Gil.

O selo digital é formado por uma sequência de alfanuméricos gerados e distribuídos automaticamente pelo sistema do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermoju). Ele é impresso no próprio ato, sempre ao final de todas as informações, no canto inferior direito. A aquisição pelos cartórios se dá por meio de cota virtual. A solicitação e o recebimento dos selos são feitos pela internet.

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará, Sefin, Setin e Fermoju são parceiros no projeto.

PROJETO PILOTO

A Resolução nº 05/2014, que institui o Selo de Autenticidade Extrajudicial Digital no âmbito do Poder Judiciário estadual, foi aprovada no dia 5 de junho de 2014, pelo Órgão Especial do TJCE. A medida considerou o dever do Poder Judiciário de orientar, fiscalizar e propor medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços extrajudiciais e a Lei Federal nº 11.977/2009, que determina a inserção dos atos praticados pelos cartórios em sistema de registro eletrônico.

O documento tornou obrigatória a aplicação do selo digital nos documentos expedidos pelo cartório. Ficaram isentos apenas os atos de distribuição eletrônica e aqueles definidos como sem selo pela Tabela de Emolumentos em vigor.

Após visitar as instalações, uma comissão do TJCE escolheu cinco cartórios de Fortaleza para a implantação do projeto piloto: Cartório Morais Correia de Registro Civil, Botelho de Registro Civil, Barros Leal de Distribuição de Protestos e Escrituras, da 1ª Zona de Imóveis e Aguiar de Notas. Em setembro deste ano, a serventias escolhidas deram início ao projeto.

O projeto Selo Digital possibilita aos cartórios oferecer serviços mais céleres

ASSESSORIA DE PRECATÓRIOS PAGA MAIS DE R$ 43 MILHÕES A CREDORES DO ESTADO E DE MUNICÍPIOS

Em cinco anos, houve significativas mudanças na gestão de precatórios. A Emenda Constitucional nº 62/2009 possibilitou o parcelamento das dívidas em até 15 anos. A responsabilidade da cobrança coube aos tribunais

Em dois anos, foram pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará R$ 43.874.057,92 milhões a credores do Estado e de municípios do Ceará. O montante representa efetivo cumprimento das responsabilidades surgidas para o Tribunal após a Emenda Constitucional nº 62/2009. A emenda colocou sob a responsabilidade dos tribunais estaduais a cobrança de recursos dos entes públicos para viabilizar o pagamento de precatórios, mediante parcelamento das dívidas em até 15 anos.

Antes, como explica o juiz auxiliar da Presidência do TJCE, Francisco Eduardo Fontenele Batista, os precatórios ficavam nas prateleiras aguardando pagamento não por inoperância da Justiça, mas pela ausência de norma que garantisse o pagamento, nos casos em que os entes públicos não honravam seus débitos. Por meio da emenda constitucional, foi instituído um parcelamento forçado de todo o

A nova regra trouxe significativa mudança para o regime comum de pagamentos, como a possibilidade de sequestro por falta de pagamento

O setor também elabora listas de ordem cronológica dos devedores

débito, cabendo aos tribunais de justiça realizar sequestro das parcelas da moratória, caso o ente público não atenda voluntariamente a cobrança feita pelo tribunal, para, com isso, permitir finalmente o pagamento das dívidas.

SEQUESTRO DE VALORES

Além do parcelamento para os devedores de precatórios (no regime especial) que estavam inadimplentes até a data do surgimento da Emenda, a nova regra trouxe significativa mudança para o regime comum de pagamentos, como a possibilidade de sequestro por falta de pagamento. Antes da Emenda, só era possível o sequestro em caso de desrespeito à fila cronológica de credores.

Agora, para que um precatório do regime comum seja sequestrado, basta que o devedor não o pague depois de 18 meses da ordem de pagamento dada pelo Tribunal. Nos anos de 2013 e 2014, o Tribunal de Justiça realizou sequestro de verbas que superaram R$ 7 milhões.

Os precatórios ficavam nas prateleiras aguardando pagamento não por inoperância da Justiça, mas pela ausência de norma que garantisse o quitação do débito

Além do pagamento dos Precatorios, o TJCE ainda realiza pagamento das chamadas requisições de pequeno valor, que são uma espécie de precatório mais simplificado. Na Justiça cearense, elas são expedidas e pagas tanto pelos juízes de primeiro grau (juízes da Fazenda Pública), quanto pelo presidente do Tribunal. O pagamento ocorre sem fila de espera e no prazo de até 60 dias, também sob pena de sequestro. Essas requisições não se aplicam ao regime especial, pois têm sistema mais simplificado de pagamento, que deve ocorrer em 60 dias.

RESTRUTURAÇÃO

Para se adequar às novas regras e às normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça vem reestruturando o setor desde 2011. O antigo Serviço de Precatórios deu lugar à Assessoria de Precatórios, por meio da lei estadual nº 15.380/2013, passando a integrar o Gabinete da PresidênciA. Os trabalhos ganharam novo ritmo com a implantação do Sistema de Administração de Precatórios (Sapre), cedido pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. A ferramenta possibilita maior eficácia para o envio, cadastro e controle de precatórios e de requisições de pequeno valor.

Para agilizar os pagamentos das dívidas, o setor promoveu audiências entre o TJCE e devedores

Além disso, os demais processos do setor também passaram a tramitar de forma eletrônica, por meio do Sistema de Automação da Justiça (SAJ). Atualmente, a Assessoria administra 911 precatórios (vários com mais de um credor) expedidos em desfavor do Estado do Ceará, do Município de Fortaleza, municípios do Interior, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da Universidade Federal do Ceará. Para agilizar os pagamentos das dívidas, o setor promoveu audiências entre o TJCE e devedores, resultando nos ajustes dos repasses regulares às contas do Tribunal de Justiça.

SAIBA MAIS

Cabe à Assessoria de Precatórios a responsabilidade pela guarda e tramitação dos procedimentos administrativos de requisição de pagamento encaminhados aos entes públicos devedores. Também elabora as listas de ordem cronológica de todos os entes públicos devedores de precatórios perante a Justiça estadual e o processamento de requisições de pequeno valor de competência do Tribunal de Justiça.

Precatórios- instrumento pelo qual o Poder Judiciário requisita ao ente público (União, Estado e Município) o pagamento por condenações em processos judiciais.

TJCE E FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA DISPONIBILIZAM SERVIÇO MÓVEL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) disponibilizou, a partir de agosto de 2013, unidade móvel para atendimento de urgência e emergência na sede do Palácio da Justiça, em Fortaleza. A iniciativa beneficia magistrados, servidores e jurisdicionados

A ambulância de suporte básico é equipada com itens como maca articulada, ressuscitador manual, cateteres para oxigenação, protetores para queimaduras, maleta de parto, suporte para soro, talas para imobilização de membros e colares cervicais.

A equipe, composta por um técnico em enfermagem e um socorrista, realiza os primeiros socorros e o deslocamento para a unidade hospitalar mais próxima. "Situações de emergência são prioritárias. Já os casos de urgência são aqueles que demandam atendimento rápido, mas sem risco iminente de morte", explicou Eline Alves, coordenadora da equipe de enfermagem da empresa Emergências Médicas do Nordeste (EMN), contratada por meio de licitação.

A unidade está disponível durante o horário de expediente do Poder Judiciário e atende somente casos de urgência e emergência. A solicitação do serviço, no Palácio da Justiça, deve ser encaminhada à Assistência Militar, por meio do telefone 3207-7432.

A unidade está disponível durante o expediente do Poder Judiciário

FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA

O serviço de unidade móvel para atendimento de urgência e emergência também foi disponibilizado no Fórum Clóvis Beviláqua a partir do dia 11 de novembro de 2013. A ambulância beneficia, direta e indiretamente, cerca de 5 mil pessoas que frequentam o Fórum.

A solicitação de atendimento deve ser feita pelo número 3492.8206.

A equipe é composta por um técnico em enfermagem e um socorrista

JUDICIÁRIO E FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA INCENTIVAM O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Jornalista Luciana Dummar; ex-governador Gonzaga Mota; corregedor-geral da Justiça, des. Francisco Sales Neto; procurador-geral do Estado, Fernando Oliveira; presidente do TJCE, des. Gerardo Brígido; vice-presidente do TJCE, des. Lincoln Araújo e Silva; presidente da Assembleia, dep. José Albuquerque; e prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), em parceria com a Fundação Demócrito Rocha (FDR), instituiu, em outubro de 2013, o "Projeto Cidadania Judiciária". A iniciativa contemplou curso de extensão universitária e prêmio direcionado a estudantes, professores e profissionais da mídia. Além disso, teve edição do livro, produção do documentário e abertura da exposição alusivos aos 140 anos do Tribunal.

O curso, na modalidade de ensino a distância, teve 12 fascículos, de 16 páginas cada, encartados semanalmente no jornal O Povo. A capacitação ocorreu entre 2 de junho e 18 de agosto de 2014. Os fascículos foram disponibilizados em formato eletrônico, acessível aos matriculados.

Os participantes receberam certificado de extensão universitária, emitido pela FDR, em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), após avaliação no ambiente virtual de aprendizagem.

Na entrega do "Prêmio Cidadania Judiciária", em 3 de dezembro, o desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha, decano do TJCE, recebeu o primeiro exemplar com o conteúdo das aulas. O material é distribuído em escolas.

PRÊMIO

A cerimônia foi prestigiada por autoridades do Legislativo, Executivo e Judiciário, entre desembargadores, juízes, secretários, assessores e servidores. Os 26 vencedores, entre jornalistas, professores e estudantes de escolas e faculdades também receberam tablets, smartphones e e-readers. Além disso, tiveram os textos publicados na revista e no site da Fundação Demócrito Rocha.

Contemplou as categorias Imprensa (Mídia Comunitária e Internet), Academia (nível Superior) e Escola (Ensino Médio). O objetivo foi incentivar a produção de textos, redações, trabalhos acadêmicos, matérias e reportagens sobre o acesso à Justiça, cidadania, direitos sociais, transparência, inclusão e responsabilidade social.

A avaliação ficou a cargo da Comissão de Análise e Seleção, constituída por cinco profissionais do TJCE, FDR, UFC, Associação Cearense de Imprensa e Grupo de Comunicação O Povo.

140 ANOS

Ainda na cerimônia, o presidente do Tribunal, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, recebeu da jornalista Luciana Dummar, presidente do Grupo de Comunicação O Povo, o primeiro exemplar do livro "Tribunal de Justiça do Ceará – 140 anos", de 180 páginas e tiragem de 1.200 exemplares.

Teve ainda exibição do documentário e abertura da exposição sobre as 14 décadas da Corte

Des. Lincoln Araújo entrega premiação à aluna Marília Passos Gomes

A obra contempla documentos e curiosidades, como entrevistas, artigos, perfis, depoimentos e galeria dos presidentes. Mostra ainda a história do TJCE, instalado em 3 de fevereiro de 1874.

Teve ainda exibição do documentário e abertura da exposição sobre as 14 décadas da Corte. Em janeiro, a mostra seguirá para o Fórum Clóvis Beviláqua e depois para comarcas do Interior.

O desembargador Gerardo Brígido disse que um dos objetivos da atual administração foi trabalhar pela moralização, boas práticas de gestão, redução dos custos, qualidade do serviço e capacitação dos servidores.

"Nos preocupamos com a satisfação do cidadão. O dono da Justiça não é o desembargador, o juiz, o servidor. É o cidadão. Essa parceria com a Fundação Demócrito Rocha serviu de eixo para que conseguíssemos levar noção de cidadania judiciária. Para que possam refletir sobre o papel do Judiciário. Todo o material produzido se reverterá em benefício da conscientização do cidadão, para quem nós trabalhamos. A conscientização do que é o Poder Judiciário e para que serve, quando podem precisar e quando podem exigir resposta, a forma como devem fiscalizar o Judiciário porque não podemos mais aceitar o Judiciário hermético, fechado".

A jornalista Luciana Dummar destacou a importância da consolidação da democracia e disse que os Poderes estão cada vez mais transparentes e abertos ao diálogo com a sociedade. "E o Judiciário pode ser considerado um exemplo, que soube acompanhar os novos tempos, reforçando mecanismos de transparência, como foi a criação do Conselho Nacional de Justiça".

Ela reforçou que a iniciativa ajuda a qualificar o debate, mostrando "que a sociedade está disposta a aumentar seus conhecimentos para melhor participar da vida política e social do país".

O diretor de projetos Especiais da FDR, Cliff Villar, ressaltou que o prêmio oportunizou a discussão de temas de interesse público. "É importante quando a gente pega um aluno pra ele produzir. Esse assunto foi discutido em sala de aula. E a gente sabe que o estudante é formador de opinião".

O livro reúne entrevistas, perfis, galeria dos presidentes e a história do TJCE

TRIBUNAL FIRMA CONVÊNIO PARA APOIAR PROJETO DE COMBATE ÀS DROGAS

Além do TJCE, a iniciativa conta com o apoio do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Ceará

Assinatura ocorreu em 18 de dezembro de 2013

O presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, firmou convênio, em dezembro de 2013, com o diretor-presidente do Instituto Venelouis Xavier Pereira, Ricardo Augusto de Palhano Xavier, para apoiar o projeto "Amor à Vida, Crack Não". A assinatura do documento ocorreu no Palácio da Justiça, no Cambeba.

O objetivo da iniciativa foi apoiar a elaboração e a execução de campanha de combate ao uso de drogas ilícitas. O projeto promove palestras com psicólogos e ex-dependentes em escolas públicas e particulares, indústrias e bairros da Capital. Também é responsável por publicar fascículos informativos sobre o assunto no jornal O Estado.

Para o desembargador Gerardo Brígido, era uma obrigação institucional do TJCE participar de um projeto de combate às drogas. "Para nós, essa parceria é muito importante, porque estamos engajados nessa luta". O presidente ressaltou a forte presença do crack na sociedade e a necessidade de combatê-lo. "O crack é uma droga que está disseminada e há interesse da nossa parte de entrar nessa campanha de conscientização".

O diretor-presidente, Ricardo Augusto de Palhano Xavier, destacou a importância da presença do Tribunal de Justiça entre os parceiros. "É uma instituição que está diretamente envolvida com essa problemática, porque aqui são resolvidos muitos casos envolvendo drogas. Agora os três poderes estão apoiando". Para ele, é preciso que haja empenho de toda a sociedade na luta contra o crack. "É uma droga que infelizmente está dominando".

PALESTRA

Uma das palestras que compõem o projeto ocorreu em 25 de novembro deste ano, na Escola de Ensino Fundamental e Médio Deputado Francisco Almeida Monte, localizada no bairro Jardim Guanabara, na Capital. Na ocasião, a psicanalista e advogada Rossana Brasil-Kopf falou sobre "Drogas e suas Consequências" para os alunos do 8º e 9º ano.

Falou também sobre a dependência que todos os tipos de droga causam, mesmo aqueles considerados menos agressivos, como o álcool e a maconha. Ressaltou a importância da família para evitar que jovens se tornem viciados e o papel dos parentes na recuperação de dependentes. "O que a gente mais frisa é que quem oferece [a droga] não é o traficante, é o amigo. E depois que a pessoa entra, se não tiver o amor, o carinho e apoio da família, é muito difícil sair", destacou.

O ex-empresário e dependente químico em recuperação Jorge Damasceno também conversou com os estudantes e contou sua trajetória após começar a usar entorpecentes, aos 13 anos. "A droga não quer bem a ninguém, essa sensação de prazer que ela te dá, passa", pontuou. Disse ainda que hoje, após se distanciar de amigos e filhos, vê a vida de uma forma diferente, e aconselhou os jovens a investirem nos estudos para garantir um futuro de sucesso.

DIRETORIA DO FÓRUM ENCERRA BIÊNIO COM PRÊMIO EM RECONHECIMENTO ÀS MELHORIAS GERENCIAIS

No biênio 2013/2015, a Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua investiu em métodos mais eficientes, com redução de custos e prioriando o serviço ao cidadão

A Diretoria e as demais unidades administrativas do Fórum Clóvis Beviláqua conquistaram o primeiro lugar no Prêmio Ceará Gestão Pública 2014 (nível 250 pontos). É um reconhecimento pelas melhorias implementadas para otimizar os serviços prestados ao cidadão.

Durante a solenidade de entrega, no dia 8 de dezembro, na Assembleia Legislativa do Ceará, o diretor do Fórum, juiz Francisco Luciano Lima Rodrigues, ressaltou que a conquista valoriza o empenho da equipe de magistrados e servidores.

O diretor destacou também que os resultados só foram possíveis devido ao apoio do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido. "Essa gestão se fez com métodos mais eficientes, otimizados, com redução de custos e, sobretudo, com a mentalização de que o nosso objetivo é servir ao cidadão", afirmou.

O Prêmio Ceará Gestão Pública é uma iniciativa do Governo do Estado, por meio da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), e do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública). O objetivo é reconhecer organizações que evidenciaram melhoria gerencial rumo à inovação, redução de custos, qualidade dos serviços prestados e satisfação do cidadão.

O Fórum Clóvis Beviláqua concorreu com 28 órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, sendo contemplado com a categoria ouro.

ADESÃO AO GESPÚBLICA

A premiação é resultado de uma série de melhorias gerenciais, implementadas a partir de convênio firmado pela Diretoria do Fórum, em julho de 2013, com o Núcleo do GesPública no Ceará.

Magistrados e servidores participaram da solenidade de premiação

Cursos e palestras foram oferecidos por meio do Programa de Desenvolvimento de Gestores Judiciais

Com a adesão ao programa, gestores dos diversos setores administrativos participaram de duas autoavaliações, para identificação dos pontos fortes e oportunidades de melhorias, com base no Modelo de Excelência em Gestão Pública. Foi criado ainda comitê para acompanhamento das ações previstas no Plano de Melhorias.

DESENVOLVIMENTO DE GESTORES

Uma das prioridades da Diretoria do Fórum foi capacitar os diretores de secretaria. Por meio do Programa de Desenvolvimento de Gestores Judiciais (PDJUD), foram oferecidos cursos e palestras sobre temas como liderança, planejamento, trabalho em equipe, tomada de decisão, foco em resultado e aquisição de competências, habilidades e atitudes.

A segunda etapa abordou a gestão orientada para o acompanhamento dos resultados das unidades judiciárias. Foi realizado ainda ciclo de palestras para fomentar nova cultura de gestão, com foco no cidadão. A terceira etapa aprofundou os conhecimentos sobre liderança e planejamento e incluiu tópicos sobre motivação e comunicação.

FERRAMENTAS DE GESTÃO

Com o intuito de democratizar e garantir a implementação das decisões tomadas no âmbito do Fórum Clóvis Beviláqua, a Diretoria sistematizou as reuniões do Comitê Gestor de Juízes Coordenadores, instituiu o Núcleo de Apoio à Gestão, o Comitê para Acompanhamento do Plano de Melhorias e o Comitê Gestor para Assuntos Administrativos. Buscou-se também a padronização das rotinas de gestão adotadas nos diversos setores administrativos. Entre eles, Procedimentos Gerenciais, Instruções de Trabalho e Fluxograma de Procedimentos.

Uma das prioridades da Diretoria do Fórum foi capacitar os diretores de secretaria para a gestão das unidades judiciais

Outra ferramenta adotada foi o Geplanes, software de gestão estratégica utilizado desde a fase de elaboração do planejamento até a execução das ações, possibilitando gerenciar metas e indicadores, auxiliando na melhoria do desempenho organizacional.

Além disso, o Departamento de Informática do Fórum desenvolveu Banco de Informações Gerenciais (BIG), reunindo dados estratégicos sobre a instituição, de modo a dar suporte à tomada de decisão por parte da Diretoria.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

A Diretoria também investiu em medidas para contribuir com a saúde e o bem-estar dos colaboradores internos. Um dos destaques foi o projeto "Qualidade de Vida", que promoveu palestras e outras ações educativas sobre reeducação alimentar e valor nutricional dos alimentos.

A Semana da Saúde, realizada em homenagem ao Dia do Servidor Público, também orientou os servidores sobre a prevenção de doenças físicas e mentais, por meio do incentivo à adoção de hábitos alimentares saudáveis, prática de exercícios físicos e vacinação.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Por meio do Grupo de Apoio às Ações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TJCE, a Diretoria do Fórum desenvolveu diversas ações voltadas para a proteção do meio ambiente e incentivo à solidariedade.

Foram instaladas lixeiras de coleta seletiva nas dependências do Fórum e o material reciclável é doado à Associação dos Agentes Ambientais Rosa Virgínia. A instituição, criada há 11 anos, funciona no bairro Parque Santa Rosa, em Fortaleza, e reúne 12 famílias.

O Fórum firmou também parceria com o Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (Hemoce) para a realização de campanhas coleta de sangue e cadastro de doadores de medula óssea.

O material reciclável é doado à Associação dos Agentes Ambientais Rosa Virgínia

ACESSO CIDADÃO

Desde março de 2014, ficou mais simples e rápido saber todas as informações necessárias para utilizar os serviços oferecidos pelo Fórum Clóvis Beviláqua. A instituição aderiu ao site "Acesso Cidadão" (www.acessocidadao.ce.gov.br), ferramenta que permite a consulta via internet.

Ao todo, 14 serviços disponibilizados pelo Fórum já estão cadastrados no site. É possível saber, por exemplo, quais os procedimentos necessários para ingressar no cadastro de pretendentes à adoção de crianças ou os documentos que devem ser apresentados para obter certidão de antecedentes criminais, entre outros.

Com essa medida, o Fórum facilita a obtenção de informações. Além disso, a ferramenta permite que os serviços cadastrados sejam avaliados pelos usuários, contribuindo com o aprimoramento constante da gestão.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Diretoria do Fórum tem avançado na implantação do processo eletrônico, tanto por meio da conversão para o meio digital dos processos que ainda tramitam em meio físico (papel), quanto pela implementação de novas funcionalidades no Sistema de Automação da Justiça (SAJ), que permitam maior eficiência e rapidez na tramitação das ações.

Foram criados núcleos de digitalização, com infraestrutura tecnológica e equipe especializada para a realização de todas as etapas necessárias ao trabalho. As equipes digitalizaram, até novembro de 2014, 77 mil processos das Varas Cíveis da Capital, totalizando aproximadamente 75% do acervo dessas unidades.

Foram desenvolvidas funcionalidades como o Aviso de Recebimento Digital (AR Digital), com o objetivo de permitir que as correspondências referentes à emissão de cartas de citação possam ser enviadas aos Correios por meio digital, e o Cadastro Nacional de Advogados no portal e-SAJ, que possibilitou aos advogados de outros Estados peticionarem pelo sistema virtual, sem a necessidade de se deslocarem ao Ceará.

Núcleo de Digitalização

PROTOCOLO E DISTRIBUIÇÃO

O Departamento Judicial do Fórum, formado pelos setores de Distribuição e Protocolo, passou por uma série de melhorias de práticas gerenciais. O Departamento, juntamente com a Secretaria Única das Varas da Fazenda Pública, tem sido preparado para a certificação ISO 9001, norma internacional relacionada à gestão da qualidade.

Para isso, foram promovidas atividades, como palestra de conscientização e treinamentos para a equipe de servidores, desenvolvimento e validação de fluxogramas de trabalho, reorganização do layout do ambiente e melhoria da infraestrutura do espaço destinado ao atendimento ao público, entre outras medidas.

As mudanças resultaram em maior eficiência e eficácia no trabalho, reduzindo o tempo de remessa das petições para as Varas, contribuindo para dar agilidade ao andamento dos processos.

Foram implementadas também novas regras para a distribuição dos feitos judiciais. O Provimento nº 1/2013, assinado pelo diretor do Fórum, estabeleceu que a distribuição deve ser supervisionada, diariamente, pelo juiz distribuidor, e ser feita por meio eletrônico, exceto nos casos de impossibilidade técnica e em casos urgentes, quando pode ser autorizada a forma manual.

O Provimento instituiu também, entre outras medidas, que as petições iniciais cíveis só podem ser distribuídas quando acompanhadas de cópia do CPF ou CNPJ do autor, salvo autorização expressa e motivada do juiz distribuidor ou do diretor do Fórum. As petições devem ainda atender à forma legal de peça inaugural, não sendo aceitos documentos avulsos e folhas em branco ou incompletas.

Desde o dia 7 de janeiro de 2014, as Varas da Fazenda Pública do Fórum Clóvis Beviláqua passaram a contar com Secretaria Única

SECRETARIA ÚNICA DAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA

Desde o dia 7 de janeiro de 2014, as Varas da Fazenda Pública do Fórum Clóvis Beviláqua passaram a contar com Secretaria Única, responsável por concentrar serviços relacionados à execução de despachos, decisões e sentenças.

O objetivo da medida é otimizar recursos huma-

Setor de Protocolo foi uma das áreas que passaram por mudanças

Secretaria Única concentra serviços

nos e tecnológicos, trazendo celeridade ao andamento dos processos judiciais. Com o projeto, as referidas Varas, ao invés de terem, cada uma, a própria secretaria, passaram a exercer somente atividades de produção jurídica. Já a Secretaria Única se dedica exclusivamente aos expedientes e procedimentos voltados à tramitação processual.

CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua promoveu, em 2013 e 2014, oito mutirões, sendo três com ações de cobrança do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), dois relativos a ações de investigação de paternidade, dois envolvendo instituições financeiras e um com processos de plano de saúde.

Além disso, o setor participa da Semana Nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com os Tribunais.

"Oficina de Pais e Filhos" auxilia famílias a enfrentar o momento da separação conjugal

Desde maio de 2013, o Centro passou a aplicar também práticas de mediação para solução de conflitos familiares. As sessões, que contam com o apoio de psicólogas voluntárias e profissionais da área jurídica, envolvem processos de guarda, divórcio e pensão alimentícia. “Estamos conseguindo fazer com que um processo de divórcio ou de guarda acabe sem brigas”, destacou a juíza coordenadora, Natália Almino Gondim.

Outra iniciativa adotada para auxiliar os casais a enfrentar a situação de rompimento conjugal de forma mais pacífica e equilibrada é a “Oficina de Pais e Filhos”, realizada a partir de julho de 2014. Os encontros, divididos em turmas para adultos, filhos adolescentes e crianças, são conduzidos por psicólogos e mediadores voluntários.

Idealizado pelo CNJ, o projeto está sendo realizado em vários estados do país, com o objetivo de promover reflexões sobre os sentimentos decorrentes do divórcio e as posturas e comportamentos que podem minimizar o sofrimento nessa fase de transição.

Por meio da iniciativa, são distribuídas também cartilhas educativas aos pais e filhos adolescentes. Com linguagem clara e didática, o material traz esclarecimentos sobre os aspectos psicológicos, sociais e jurídicos do divórcio, alertando para as consequências negativas que os conflitos podem ocasionar, sobretudo para os filhos.

Mutirão de conciliação com processos do seguro DPVAT

PLANTÃO ESPECIAL GARANTE ATENDIMENTO RÁPIDO NAS COPAS DO MUNDO E DAS CONFEDERAÇÕES

O Judiciário atuou no Aeroporto Internacional Pinto Martins e na Arena Castelão. A novidade para o mundial de 2014 foi a descentralização do plantão cível e criminal no entorno do estádio e da Fan Fest

No aeroporto ocorreram 132 demandas

O Poder Judiciário do Ceará montou uma estrutura especial para atender às demandas decorrentes da Copa do Mundo no Brasil. O plantão ocorreu nos meses de junho e julho de 2014, no Aeroporto Internacional Pinto Martins, na Arena Castelão e nas proximidades do estádio e do evento Fifa Fan Fest, na Praia de Iracema.

Os 132 atendimentos incluíram relações de consumo envolvendo companhias aéreas e prestadoras de serviços localizadas no aeroporto

No aeroporto, o serviço foi prestado de forma ininterrupta (24 horas por dia), de 5 de junho a 18 de julho de 2014, uma semana antes e uma após o período do mundial. Equipes formadas por juiz, servidor, conciliador e intérpretes voluntários se revezaram a cada oito horas, para garantir prestação jurisdicional ágil e eficaz aos turistas que passaram pelo local.

Os 132 atendimentos envolveram casos referentes a relações de consumo envolvendo companhias aéreas e prestadoras de serviços localizadas no aeroporto, como atrasos de voos, dificuldades de embarque e extravio de bagagens, entre outros.

Nos seis jogos da Copa do Mundo em Fortaleza, o plantão ocorreu nas dependências do estádio e na 6ª, 11ª, 12ª e 19ª unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, iniciando quatro horas antes e seguindo até quatro horas após o término das partidas.

Casos de danos ao patrimônio público, desacato a autoridade e rixa foram resolvidos pelo Juizado do Torcedor, com aplicação de penas de prestação pecuniária aos envolvidos nas infrações. Os valores pagos foram destinados a instituições beneficentes locais.

O Juizado Móvel, que atende acidentes de trânsito sem vítimas, também deu prioridade às ocorrências nas áreas de acesso aos locais onde ficaram estacionados os veículos dos torcedores.

No dia 5 de setembro de 2014, juízes, servidores e intérpretes voluntários que participaram dos plantões da Copa receberam certificados, em solenidade realizada na Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec).

O desembargador Mário Parente Teófilo Neto, coordenador do Juizado do Torcedor e de Grandes Eventos do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), enalteceu o trabalho realizado e destacou o empenho de todos. “A nossa causa era vencer o grande desafio de nos depararmos com um evento mundial e cumprirmos com nosso papel, de ajudar a quem precisasse do Poder Judiciário, e conseguimos”, disse.

COPA DAS CONFEDERAÇÕES

O êxito do plantão realizado durante a Copa do Mundo se deveu, também, à experiência do trabalho desenvolvido no ano anterior, na Copa das Confederações. Na ocasião, foi disponibilizado atendimento 24 horas no aeroporto, de 9 de junho a 6 de julho de 2013, bem como nos jogos realizados na Arena Castelão.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ RECEBE PREMIAÇÕES POR ATIVIDADES REALIZADAS

O trabalho desenvolvido pelo Poder Judiciário cearense recebeu reconhecimentos em 2014. As premiações, de âmbito nacional, envolveram as áreas administrativa e judiciária.

No dia 18 de dezembro, durante sessão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), houve a entrega do Selo Bronze para as unidades que se destacaram durante a I Semana Nacional do Júri. O prêmio, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi entregue aos juízes que realizaram no mínimo quatro sessões durante a Semana.

Foram agraciadas 18 unidades de 14 comarcas do Estado: Fortaleza (5 Varas), Aracoiaba, Baturité, Brejo Santo, Jaguaribe, Monsenhor Tabosa, Morada Nova, Paraipaba, Parambu, Pedra Branca, São Benedito, São Gonçalo, Sobral (1ª Vara) e Tauá (1ª Vara). A desembargadora Maria Iraneide Moura Silva, coordenadora dos trabalhos no Ceará, destacou o desempenho. "Tivemos a alegria de ser o segundo Estado que mais realizou sessões do Tribunal do Júri, ficando atrás somente de Pernambuco. Eu quero parabenizar aos juízes que tão zelosamente nos ajudaram a realizar essa Semana, pois sem eles não teríamos obtido esse êxito".

JUSTIÇA EM NÚMEROS

Em 10 de novembro, o TJCE foi agraciado com o Selo Justiça em Números, na categoria Ouro, pelos esforços empreendidos em prol do aprimoramento do sistema de estatística de informação do Judiciário cearense.

A entrega da premiação ocorreu durante o VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Florianópolis. O objetivo é incentivar os tribunais a aperfeiçoar a qualidade das informações enviadas ao Justiça em Números, que é o anuário estatístico produzido pelo CNJ. Os dados são referentes à movimentação processual, despesas e pessoal, entre outros, e servem para subsidiar os gestores na elaboração de políticas públicas.

De acordo com a secretária especial de Planejamento e Gestão do TJCE, Diana Santos Pontes, contribuíram para a premiação o cumprimento dos prazos e o envio integral das informações, além da extração dos dados de litigiosidade serem feitos por sistema automatizado e em conformidade com as Tabelas Processuais Unificadas. Também foi considerada a estruturação da Divisão de Estatística e a elaboração periódica de relatórios gerenciais para subsidiar a administração na tomada de decisão.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

O Judiciário cearense recebeu, no dia 14 de outubro, o Selo Bronze Infância e Juventude, do CNJ e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). É um reconhecimento da política do TJCE para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes.

O desembargador Francisco Darival Beserra Primo, responsável pela Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ) da Corte cearense, recebeu a honraria do ministro Ricardo Lewandowski durante solenidade em Brasília. De acordo com o desembargador, a reorganização da CIJ, implantação de nova infraestrutura de trabalho e qualificação profissional, além da reformulação da competência das Varas da Infância e Juventude de Fortaleza contribuíram para o reconhecimento. O magistrado é presidente da Comissão Judiciária de Adoção Internacional do Ceará (Cejai/CE)

PENAS ALTERNATIVAS

O projeto Grupos Reflexivos, da Vara de Penas Alternativas de Fortaleza, foi considerado uma das quatro melhores práticas em alternativas penais do Brasil. O anúncio ocorreu durante fórum nacional sobre o tema, promovido pelo CNJ, em São Luís, no dia 7 de agosto.

A juíza Maria das Graças Almeida de Quental é responsável pelo projeto, que desenvolve atividades socioeducativas com cumpridores de penas alternativas e infratores da Lei Maria da Penha. Os encontros ocorrem no Fórum Clóvis Beviláqua, em parceria com a Pastoral Carcerária. O objetivo é promover a cidadania e diminuir a reincidência criminal.

Juízes recebem o Selo Bronze durante sessão do Órgão Especial do TJCE

VICE-PRESIDÊNCIA ANALISA MAIS DE 10 MIL PROCESSOS DURANTE O BIÊNIO 2013/2015

Em dois anos, a Vice-presidência analisou 10.005 processos jurídicos e 227 pedidos de providência urgente. Para o vice-presidente, desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, os resultados obtidos traduzem o comprometimento da equipe

À frente da Vice-presidência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), o desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva analisou 10.005 processos durante o biênio de 2013/2015. Desses, foram proferidos 4.179 juízos prévios de admissibilidade dos recursos constitucionais e 427 despachos de sobrestamento, suspensão do processo, indeferimento, não conhecimento ou retenção do recurso. Houve ainda 5.399 despachos de adoção de providências, redistribuição e mero expediente.

Entre os processos com pedido de providência urgente, a Vice-presidência examinou 227 ações, entre habeas corpus, agravos de instrumento e mandados de segurança. Nesses dois anos, as medidas cautelares chegaram a 16. Já os processos distribuídos totalizaram 117.193, dos quais 96.485 foram distribuídos/redistribuídos e outros 20.708 foram transferidos.

No período, o desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva atuou como relator de 14 procedimentos administrativos no Conselho da Magistratura.

Uma das novidades na gestão foi a implantação Núcleo de Repercussão Geral de Recursos Repetitivos (Nurer), por meio da Resolução 02/2013 do Órgão Especial. Supervisionado por juiz auxiliar, o Núcleo tem como objetivo acompanhar os recursos similares às ações que se encontram sobrestadas aguardando julgamento dos Tribunais Superiores.

O magistrado fez avaliação positiva da gestão. Segundo ele, "os resultados obtidos durante o biênio traduzem o comprometimento e o esforço de toda a equipe em contribuir com uma prestação jurisdicional justa e eficaz".

Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva é o vice-presidente do TJCE

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA ATUALIZA CÓDIGO DO SERVIÇO CARTORÁRIO

Lançamento ocorreu no dia 12 de dezembro de 2014

Na gestão 2013/2015, que tem à frente o desembargador Francisco Sales Neto, os titulares de cartórios também foram autorizados a realizar mediação e conciliação extrajudiciais relacionadas a direitos patrimoniais

A Corregedoria Geral da Justiça do Ceará atualizou o Código de Normas do Serviço Notarial e Registral, no âmbito do Estado, referente aos serviços prestados pelas serventias extrajudiciais (cartórios). As mudanças constam no Provimento nº 8, publicado no Diário da Justiça Eletrônico de 28 de novembro de 2014, e passaram a vigorar a partir de 2 de janeiro de 2015.

O documento, lançado em 12 de dezembro de 2014, estabelece regras a respeito dos deveres e vedações dos notários, do atendimento ao usuário, dos livros e pastas obrigatórios e da lavratura dos atos notariais e registrais. Determina ainda procedimentos relacionados ao registro civil de pessoas naturais, de indígenas, reconhecimento voluntário de paternidade socioafetiva, registro de união estável, casamento e óbito.

Também disciplina sobre os titulares, responsáveis, escreventes e auxiliares dos cartórios, da lavratura da escritura pública de declaração de convivência de união estável homoafetiva, entre outros.

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

A Corregedoria também autorizou os titulares de cartórios do Estado a realizar mediação e conciliação extrajudiciais (Provimento n° 12/2013). O objetivo é consolidar a política permanente de incentivo e aperfeiçoamento desses instrumentos, considerados meios efetivos de pacificação social, além de reduzir a judicialização de conflitos, a quantidade de recursos e de execução de sentenças.

São objeto das mediações e conciliações apenas

os direitos patrimoniais disponíveis (aqueles que as partes podem usar e comercializar livremente, de acordo com a vontade).

Os cartorários interessados passaram por curso de qualificação promovido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Ceará. Já foram formadas 175 pessoas, entre tabeliões e prepostos.

Além da capacitação, é preciso pedir autorização prévia do juiz corregedor. Também é necessário, a cada dois anos, comprovar a realização de curso de reciclagem ou o empreendimento de esforço contínuo de capacitação na área.

MUTIRÕES

No biênio 2013/2015, o corregedor-geral da Justiça do Ceará, desembargador Francisco Sales Neto, promoveu sete mutirões. O objetivo dos trabalhos foi reduzir o acervo processual de unidades judiciárias.

Em 2013, foram visitadas as Comarcas de Icó e Várzea Alegre. Os outros cinco mutirões ocorreram, em 2014, nas Comarcas de Mauriti, Crateús, Senador Pompeu, Juazeiro do Norte e Acopiara.

Cada mobilização contou com a presença de mais de dez magistrados. De acordo com balanço da Corregedoria, os trabalhos movimentaram 13.133 processos.

CORREIÇÕES E INSPEÇÕES

A Corregedoria Geral da Justiça promoveu 686 inspeções correicionais no biênio 2013/2015. Desse total, 267 foram judiciais e 419 extrajudiciais, nos cartórios. Os trabalhos também foram supervisionados pelo desembargador Francisco Sales Neto.

A Corregedoria Geral da Justiça promoveu 686 inspeções correicionais no biênio 2013/2015.

As inspeções judiciais tiveram à frente os juízes corregedores auxiliares João Everardo de Matos Biermann, Neuter Marques Dantas Neto, Marcelo Roseno de Oliveira, Francisco Mauro Ferreira Liberato, que fez parte da equipe até o dia 18 de outubro de 2013, e Joaquim Vieira Cavalcante Neto, que ingressou na Corregedoria no dia 22 de outubro de 2013.

As extrajudiciais foram realizadas pelos auditores Márcia Aurélia Viana Paiva e Sóstenes Francisco de Farias. Eles visitaram 62% dos 678 cartórios ativos no Ceará.

A finalidade dos trabalhos é cumprir a Meta 3 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a necessidade de realizar, anualmente, correição em pelo menos 34% das comarcas, para acompanhar o trabalho de juízes e servidores, o andamento de processos, a infraestrutura dos Fóruns e o cumprimento de determinações da Corregedoria. Também visa fiscalizar os atos dos cartórios e os registros dos livros. A medida consta no Código de Organização Judiciária do Estado, bem como no Regimento Interno da Corregedoria.

Equipe realizou 267 inspeções judiciais e 419 extrajudiciais (cartórios)

NUPEMEC CAPACITA SERVIDORES EM CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Em dois anos foram treinados 486 funcionários do Judiciário

O Núcleo de Solução de Conflitos do TJCE também promoveu cursos para titulares e prepostos de cartórios nos anos de 2013 e 2014. A desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira é a supervisora das atividades

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) investiu na capacitação de servidores. Em dois anos foram treinadas 486 pessoas para atuar em audiências de mediação e conciliação.

Em 2014, foram promovidos cursos em Fortaleza, Russas, Sobral, Tauá e Juazeiro do Norte. As capacitações ocorreram em três etapas: uma teórica a distância (34h/a), outra presencial (10h/a) e a última estágio supervisionado (dez sessões de conciliação). Após concluírem todas as fases, com aproveitamento satisfatório, os participantes receberam certificado de conclusão emitido pelo Nupemec.

O Núcleo também preparou titulares e prepostos das serventias extrajudiciais do Ceará para a realização de audiências. Em dois anos foram treinados 175 servidores. A medida atende à Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Provimento nº 12/2013, da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará.

A desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, supervisora do Nupemec, afirmou que os servidores estão especialmente engajados e interessados em contribuir com esse trabalho, que tem sido importante na redução de processos.

A magistrada destacou que quando a decisão é construída por meio do consenso, sai consolidada, agrada as duas partes.

CENTROS JUDICIÁRIOS

Além de promover cursos de capacitação, rea-

Justiça do Ceará realiza 16.175 audiências na Semana Nacional da Conciliação em 2014

lizar mutirões e audiências de conciliação e mediação, o Núcleo também é responsável por formar e orientar a atuação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. Existem unidades nas comarcas de Fortaleza, Acopiara, Alto Santo, Brejo Santo, Campos Sales, Capistrano, Crato, Fortim, Itaiçaba, Pentecoste, Pereiro, Quixeré, Antonina do Norte, Araripe, Barroquinha, Bela Cruz, Boa Viagem, Camocim, Caucaia, Croatá, Iguatu, Itaitinga, Itapipoca, Jaguaruana, Maranguape, Morada Nova, Palhano, Paramoti e Senador Pompeu.

No Tribunal de Justiça também existe um Centro Judiciário, responsável por atuar nos processos em que as partes recorreram da decisão do juiz. Mediadores e conciliadores voluntários auxiliam os trabalhos para garantir a resolução rápida dos conflitos.

SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO

O Nupemec é responsável por organizar a Semana Nacional da Conciliação no Ceará. Em 2014, a mobilização aconteceu de 24 a 28 de novembro, quando ocorreram 16.175 audiências. Desse total, 6.741 resultaram em acordos (41,68% de êxito).

Na Capital, foram realizadas 4.302 audiências, com 1.778 acordos (41,33%). No Interior, ocorreram 11.873 audiências e 4.963 consensos (41,80%). A unidade com maior número de acordos foi a 12ª Vara de Família: 198 nas 217 audiências (91,24%).

Promovida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com tribunais de todo o país, a Semana Nacional da Conciliação busca solucionar litígios de forma consensual, além de disseminar a cultura de paz e do diálogo.

A supervisora do Nupemec, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, lembra que as audiências de conciliação ocorrem durante todo o ano e podem ser solicitadas a qualquer momento por meio do link "Quero Conciliar", disponível no Portal do TJCE. São recebidas demandas relacionadas a processos que tramitam em 1ª ou 2ª instância.

O jurisdicionado também pode ligar para Telejustiça, por meio do número (85) 3216.6000. O papel da equipe é tirar dúvidas ou ajudar no preenchimento do formulário eletrônico de inscrição de processos na pauta de conciliação.

Autoridades durante a abertura da Semana Nacional da Conciliação de 2014

OUVIDORIA GERAL RECEBE 8.870 DEMANDAS NO PERÍODO DE DOIS ANOS

Todas as manifestações foram encaminhadas aos setores competentes, solicitando providências para atender os usuários. A desembargadora Maria Edna Martins está à frente do setor desde julho de 2014

Ouvidora-geral (ao centro) com a equipe de servidoras

A Ouvidoria Geral do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) contabilizou 8.870 demandas nos últimos dois anos, entre sugestões, pedidos de informações, elogios, agradecimentos, reclamações e denúncias. Desse total, 4.282 ocoreram em 2014 e 4.588 em 2013, conforme relatório elaborado pelo órgão.

Ao todo, foram 4.375 pedidos de informações sobre trâmite processual e outras demandas (inerentes ou não à atividade jurisdicional). Também houve 2.978 reclamações, 524 agradecimentos, 54 denúncias e 16 elogios.

A desembargadora Maria Edna Martins assumiu a Ouvidoria em julho de 2014. Segundo ela "foi dado encaminhamento as manifestações aos setores competentes e feitas as devidas solicitações de providências para atendimento aos usuários".

A magistrada ocupa o cargo em substituição ao desembargador Francisco Suenon Bastos Mota, aposentado em julho daquele ano.

Criada em agosto de 2004, a Ouvidoria Geral completou dez anos em outubro de 2014. O órgão está localizado no 2º piso do Tribunal e acolhe manifestações de todas as unidades da Justiça estadual.

SIC

Junto à Ouvidoria, também funciona o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), criado para atender demandas referentes à Lei de Acesso a Informação. De janeiro de 2013 a dezembro de 2014, o Serviço recebeu 11 pedidos com base na lei. Todos os requerimentos foram atendidos.

NOVOS DIRIGENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA SÃO ELEITOS POR ACLAMAÇÃO

Os novos dirigentes assumem no dia 30 de janeiro de 2015

No dia 30 de janeiro de 2015, a desembargadora Maria Iracema Martins do Vale toma posse como presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). No dia 23 de outubro, a Direção do Poder Judiciário estadual para o biênio 2015/2017 foi eleita por aclamação durante sessão do Pleno. O desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes assumirá a Vice-presidência e o desembargador Francisco Lincoln Araújo será o corregedor-geral da Justiça.

A sessão foi conduzida pelo presidente do TJCE, desembargador Luiz Gerardo de Pontes, que entregou à magistrada eleita o relatório de transição da gestão. O chefe do Poder Judiciário desejou sucesso aos novos dirigentes e disse que os três são "pessoas honradas que vão assumir, a partir de 30 de janeiro, todo o encargo de gerir os destinos deste Tribunal".

DIÁLOGO

A desembargadora Iracema do Vale, segunda mulher eleita presidente do TJCE, destacou que a nova gestão será de muito diálogo. "Vou trabalhar de braços dados com a magistratura de 1º Grau, com os desembargadores e servidores desta Casa, pedindo a Deus que me ajude". Ela ainda agradeceu a todos pela confiança depositada.

O chefe do Poder Judiciário desejou sucesso aos novos dirigentes e disse que os três são "pessoas honradas que vão assumir todo o encargo de gerir os destinos deste Tribunal"

O vice-presidente eleito afirmou que chegar ao cargo é a realização de um sonho em que terá a oportunidade de colaborar com o fortalecimento da instituição. Ele disse ainda que pretende defender a motivação da carreira. "A magistratura tem que ter um planejamento de revigoramento. Temos que exaltar a meritocracia, temos que fazer da nossa Escola de Magistratura a importância que ela sempre teve".

O desembargador Francisco Lincoln prometeu, na nova gestão, "levar trabalho e seriedade para a Corregedoria, que hoje tem a missão específica e primordial de orientação dos juízes e servidores".

MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE

É desembargadora do TJCE desde 28 de outubro de 2005, pelo quinto constitucional, representando o Ministério Público estadual. Foi a primeira mulher eleita para a Presidência do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, em 2014.

Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Ceará (1974) e em Administração Pública pela Universidade Estadual do Ceará (1980). Ingressou no Ministério Público em junho de 1982 e, em 1987, pelo critério de merecimento, foi promovida para Procuradora de Justiça, sendo eleita para o Conselho Superior do Ministério Público em 1988, 1999, 2003 e 2004.

No TJCE, integrou a 1ª Câmara Cível (2005 a 2007); foi ouvidora-geral do Poder Judiciário (2007 a 2009) e, desde 2009, é presidente da 4ª Câmara Cível.

FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES

Desembargador do TJCE desde 6 de julho de 2006, é presidente da 2ª Câmara Cível, membro das Câmaras Cíveis Reunidas, do Órgão Especial e do Tribunal Pleno.

É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Ceará (1970). Ingressou na magistratura em 1974. No biênio 1998-2000, foi coordenador da Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec).

Exerceu o cargo de juiz auxiliar da Presidência do Tribunal em 2003, e integrou a Comissão Especial para Estudos e Implantação de Súmulas e Jurisprudência Dominante do TJCE, em 2004.

No ano de 2007, atuou como membro da Comissão de Reforma do Código de Organização Judiciária do Estado e do Regimento Interno do Tribunal, bem como membro da Comissão de Jurisprudência e Súmula do Tribunal.

FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFC (1970), é desembargador do TJCE desde 26 de outubro de 2006, quando ingressou pelo quinto constitucional, na vaga reservada ao Ministério Público. É o atual vice-presidente do Tribunal e membro do Conselho Superior da Magistratura, do Órgão Especial e do Tribunal Pleno. Já foi presidente da 8ª Câmara Cível e diretor da Esmec.

Foi promotor de Justiça titular da Comarca de Orós, sendo promovido, por merecimento, em 1974, para Várzea Alegre. Em 1979, foi para a 1ª Promotoria de Justiça de Iguatu e em seguida, para Comarca de Fortaleza, exercendo as atividades junto à 9ª Vara Criminal.

Em 1995, foi promovido ao cargo de procurador de Justiça, atuando na 2ª Câmara Criminal do TJCE.

ESMEC DESCENTRALIZA ATIVIDADES E IMPLANTA QUATRO POLOS DE APRENDIZAGEM NO INTERIOR

A Esmec investiu na descentralização para capacitar maior número de magistrados e servidores em todo o Estado. Com a implantação dos Polos de Aprendizagem nas comarcas de Crato, Iguatu, Sobral e Crateús, ampliou a oferta de cursos e palestras

A Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec), dirigida pelo desembargador Haroldo de Oliveira Máximo, investiu na descentralização para capacitar maior número de magistrados e servidores em todo o Estado. Com a implantação dos Polos de Aprendizagem nas comarcas de Crato, Iguatu, Sobral e Crateús, ampliou a oferta de cursos e palestras.

Os juízes coordenadores dos polos, criados por meio da Portaria nº 48/2014, são Ângelo Bianco Vettorazzi (Crato), Ricardo Alexandre da Silva Costa (Iguatu), Francisco Anastácio Cavalcante Neto (Sobral) e José Hercy Ponte de Alencar (Crateús).

Em Fortaleza, concluiu o IV Curso de Formação Inicial de Juízes Substitutos, ministrado de agosto de 2013 a junho de 2014, que teve número recorde de juízes (45) e o dobro da carga horária em relação a capacitações anteriores, passando de 240 h/a para 480 h/a.

De acordo com o juiz Antonio Carlos Pinheiro Klein Filho, coordenador da Esmec, a instituição inovou ao incluir na grade do curso a avaliação da prática judicial (por parte de sete juízes formadores, no ambiente *moodle* – Ensino a Distância) e ao dar ênfase aos estudos de caso.

O credenciamento da Escola junto ao Conselho Estadual de Educação para a oferta de cursos de pós-graduação possibilitará a oferta de cursos de Especialização até 31 de dezembro de 2017, conforme Parecer nº 1.678, publicado no Diário Oficial do Estado de 27 de agosto de 2013.

O desembargador Haroldo Máximo destaca que houve consulta aos magistrados sobre os cursos de curta duração que mais interessavam, sendo ofertados Dosimetria da Pena, Novo Código de Processo Civil, Direito Registral e Imobiliário, Mandado de Segurança, Direito de Família, Adoção, Direito da Infância e da Juventude, Mediação e

Escritor, advogado, professor e teatrólogo Ariano Suassuna esteve na Escola em 14 de agosto de 2013

Solenidade de entrega dos certificados do IV Curso de Formação Inicial de Juízes Substitutos

Conciliação, Administração Judiciária e Gestão de Pessoas.

O diretor da da Esmec ressalta ainda as palestras e os seminários que ocorreram com expressivos nomes das áreas do Direito e da Cultura, como o jurista português Jorge Miranda, o escritor Ariano Suassuna e o psiquiatra Augusto Cury.

Dos 24 aprovados para o Mestrado em Direito da Universidade Federal do Ceará, 16 fizeram o preparatório na Esmec, representando aprovação de 64% dos candidatos

No biênio, os principais eventos realizados foram: V Encontro da Magistratura, do Ministério Público e da Defensoria da Infância e da Juventude; IV Encontro da Magistratura Cearense; II Seminário Internacional de Direitos da Mulher; V Seminário Mediação Judicial; Seminário Adoção a única Opção (parceria com o jornal O Estado); Seminário Cinema, Direito e Literatura e preparação para a Semana Nacional do Júri. Também houve palestras sobre DPVAT, Gestão do Poder Judiciário, reforma política, Hermenêutica Jurídica, Processo Administrativo Disciplinar e como fazer Mestrado nos Estados Unidos.

Na linha editorial, foram publicados os volumes 9, 10 e 11 da Revista Themis. Foram lançados os livros "Recursos Especial e Extraordinário no Novo Código de Processo Civil" e "Temas de Processo Penal", produzidos por professores e alunos dos cursos de Especialização da Esmec.

No processo seletivo da Universidade Federal do Ceará (UFC) de 2013, dos 25 aprovados para o Mestrado em Direito, 16 fizeram o preparatório na Esmec, representando aprovação de 64% dos candidatos. Na edição de 2014, 17 fizeram o curso da Esmec, em parceria com a Cathedra, com um índice de 68% de aprovação.

"As metas foram cumpridas e registramos êxitos em alguns objetivos traçados, inclusive com o incremento do acervo da biblioteca da instituição, com a aquisição de 943 livros, 13 periódicos e 57 monografias, e realizados 277 empréstimos", destacou o desembargador Haroldo Máximo.

Escola fica na rua Ramires Maranhão do Vale, 70, Água Fria, em Fortaleza

TRIBUNAL DE JUSTIÇA INSTALA PJE NOS 41 JUIZADOS E NAS SEIS TURMAS RECURSAIS

O Tribunal cumpriu a meta do Conselho Nacional de Justiça para 2014 de implantar o sistema PJe em 10% das unidades. A mudança tem o objetivo de trazer maior celeridade, transparência e redução de custos

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) concluiu a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nos 41 Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Capital e do Interior do Estado, além das seis Turmas Recursais. O trabalho foi realizado no período de maio a novembro de 2014 por equipe de técnicos da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin).

O sistema tem como objetivo proporcionar mais agilidade na tramitação de processos, transparência e redução de custos para a Justiça estadual. Até dezembro de 2014, já haviam sido incluídos 18.578 processos no PJe, prolatadas 5.091 decisões, realizadas 4.796 audiências e arquivadas 2.549 ações.

Foram incluídos 18.578 processos no PJe, prolatadas 5.091 decisões, realizadas 4.796 audiências e arquivadas 2.549 ações

A Setin capacitou os servidores dos Juizados e das Turmas Recursais para trabalhar com a ferramenta. Também disponibilizou treinamento para funcionários de instituições parceiras da Justiça, como Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Ceará (OAB-CE).

O secretário da Setin, Francisco Moacir da Silva Medeiros Júnior, disse que foi cumprida a meta estabelecida na Resolução nº 185/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para 2014, que era implantar o PJe em 10% das unidades da Justiça estadual.

A referida resolução instituiu o Processo Judicial Eletrônico como sistema informatizado no âmbito do Poder Judiciário e leva em conta a necessidade de uniformizar os procedimentos dos Juizados Especiais.

Instalação do novo sistema no 22ª Juizado de Fortaleza

COORDENADORIA IMPLANTA PROGRAMA PARA MONITORAMENTO DE AGRESSORES

A Coordenadoria Estadual da Mulher do TJCE, no biênio 2013/2015, também concentrou esforços para divulgação e conscientização sobre a Lei Maria da Penha. O trabalho envolveu palestras, caminhadas e distribuição de material educativo

Desa. Adelineide Viana (ao centro) está à frente da Coordenadoria da Mulher

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), que tem à frente a desembargadora Adelineide Viana, criou, em abril de 2014, o programa "Mulher Sem Medo". Em parceria com a Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado (Sejus) e a Defensoria Pública do Ceará, o projeto tem como ação principal monitorar infratores apenados pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) por meio da utilização de tornozeleiras eletrônicas.

O objetivo é garantir a eficácia do cumprimento das medidas protetivas e coibir a incidência de casos de agressão à mulher no Estado. Até dezembro de 2014, o monitoramento foi feito em 18 agressores. A ideia é expandir o programa também para o Interior.

A tecnologia permite saber quem não respeitou o limite espacial estabelecido na medida protetiva. A mulher também recebe aparelho que emite alerta quando o agressor se aproxima.

Outra ação do "Mulher Sem Medo" foi o encaminhamento de vítimas de agressão doméstica para cursos de capacitação na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e posterior inserção no mercado formal de trabalho com apoio do Sistema Nacional de Emprego/Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (Sine/IDT). Vinte e cinco mulheres já foram selecionadas para a capacitação. O trabalho conta também com a coordenação da defensora pública Elizabeth Chagas.

CONSCIENTIZAÇÃO

Um dos principais esforços da Coordenadoria da Mulher no biênio 2013/2015 se concentrou no trabalho de divulgação e conscientização sobre a Lei Maria da Penha em escolas, eventos e espaços públicos. Foram distribuídos panfletos e promovidas rodas de conversa com professores, alunos e pais, além de caminhadas e palestras por áreas de altos índices de violência contra a mulher. O mesmo trabalho de divulgação foi realizado em outros municípios do Estado com a parceria de comarcas do Interior.

JUIZADO MÓVEL DE FORTALEZA COMPLETA 18 ANOS COM MAIS DE 103 MIL ATENDIMENTOS

As viaturas atendem ocorrências de acidentes sem feridos

O Juizado Especial Móvel de Fortaleza completou 18 anos de atuação no dia 22 de novembro de 2014. Desde a criação, em 1996, a unidade já realizou 103.339 atendimentos envolvendo acidentes de trânsito. A quantidade de acordos no local foi de 87.855, representando 85,01% de sucesso.

Para as situações em que há divergência entre as partes, uma audiência de instrução é marcada no 10º Juizado Especial

O serviço conta com cinco viaturas (quatro em circulação e uma reserva) atendendo casos em que não há feridos, durante 24 horas por dia. Cada veículo dispõe de conciliador, oficial de Justiça e policial militar. No total, a unidade conta com sete servidores atuando na secretaria, 20 conciliadores e nove oficiais de Justiça.

Para as situações em que há divergência entre as partes, uma audiência de instrução é marcada no 10º Juizado Especial Cível e Criminal (JECC), ao qual a unidade é vinculada. Nessa etapa, o acordo ainda é possível. Caso não ocorra, a decisão fica por conta do magistrado.

De acordo com o juiz José Ronald Cavalcante Soares Júnior, em respondência pelo Juizado Móvel, a população criou simpatia pelo serviço prestado. “Apesar do tamanho de Fortaleza, que cresce assustadoramente, o Juizado Móvel desempenha um excelente trabalho. Os números estão aí para provar”, destacou.

A sede do Juizado Móvel fica na rua Mário Mamede, nº 1301, bairro de Fátima. É o mesmo endereço do 10º JECC. O serviço, que é gratuito, pode ser solicitado através dos telefones: 8778.2161, 87782162, 8778.2163 e 8778.2164.

TJCE CREDENCIA PROFISSIONAIS PARA ATUAR EM PROCESSOS DE PESSOAS CARENTES

A medida está de acordo com a Resolução nº 127 do CNJ, que recomenda reserva de orçamento para pagamento de peritos, intérpretes e tradutores que atuarem nos casos de partes beneficiárias da gratuidade judiciária

Os credenciados fazem parte de cadastro à disposição dos juízes

O Judiciário estadual iniciou, em 1º de outubro de 2014, o credenciamento de peritos, tradutores e intérpretes para atuar em casos de beneficiários da Justiça gratuita que não podem arcar com as custas processuais. A medida tem validade de 12 meses, e as inscrições podem ser feitas a qualquer momento dentro desse prazo.

Conforme o Edital nº 1, publicado no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) de 29 de setembro, o credenciamento é destinado a médicos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, contadores, engenheiros (ambiental, civil, elétrico, sanitarista), arquitetos, grafotécnicos, tradutores e intérpretes. É preciso comprovar a especialidade por meio de certidão do órgão profissional ao qual estiverem vinculados.

Os interessados devem preencher requerimento no site www.tjce.jus.br e entregar toda a documentação prevista no edital no Protocolo do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), em Fortaleza. Após análise, é feita a confirmação ou não do credenciamento. Em caso positivo, o nome vai para o Cadastro Geral de Profissionais.

De acordo com a secretária Judiciária do TJCE, Carmen Martins, a ideia é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), diante da dificuldade enfrentada pelos Tribunais. Em 2011, veio a Resolução nº 127, recomendando reserva de orçamento para pagamento de peritos, intérpretes e tradutores que atuarem nos casos de partes beneficiárias da gratuidade judiciária (pessoas que não têm condição econômica de pagar as custas processuais, sem prejuízo do sustento da família, conforme previsto em lei).

"No ano seguinte, o TJCE publicou a Resolução nº 10, estipulando como seria a publicação do edital para credenciamento e a organização de um banco de profissionais ligado ao TJCE. A lista fica à disposição dos juízes de todas as varas do Estado. Antes, eles tinham que pedir autorização, caso a caso, à Presidência do Tribunal".

O pagamento e feito após a prestação do serviço e do atesto do juiz responsável pelo caso

Os credenciados recebem pagamento de honorários, de acordo com Resolução nº 10/2012, do Órgão Especial. A primeira lista foi publicada no DJE do dia 3 de novembro de 2014.

Segundo o consultor jurídico do TJCE, Luís Lima Verde Sobrinho, os valores variam de R$ 47,10 (tradução simples) a R$ 690,00 (perícia de maior complexidade). A quantia é paga ao final da prestação do serviço, depois de atesto do magistrado responsável pelo processo.

PLANO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA TRAÇA DIRETRIZES PARA OS PRÓXIMOS SEIS ANOS

O documento foi construído com a participação de magistrados, servidores e sociedade

O Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário cearense foi elaborado em quatro etapas e marcado pela construção participativa, envolvendo magistrados, servidores e sociedade.

O documento segue os macrodesafios do Judiciário brasileiro (Resolução nº 198 do Conselho Nacional de Justiça), entre eles, aprimoramento da gestão da Justiça criminal; celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; adoção de soluções alternativas de conflitos; gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes, entre outros.

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) deu início aos trabalhos de elaboração do Plano no dia 15 de setembro, com reunião de magistrados e servidores da Capital. Na ocasião, os participantes analisaram aspectos dos cenários que interferem na atuação da Justiça. Outros três encontros com o mesmo propósito foram realizados nos dias 19, 22 e 26 daquele mês e contaram com a presença de juízes e servidores das zonas judiciárias.

No dia 29 de setembro, houve encontro com representantes da sociedade, órgãos do sistema judicial e entidades de classe do Judiciário. Entre os participantes estavam membros do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, Pastoral Carcerária, Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Decon), Associação Cearense de Magistrados e Sindicatos dos Servidores e dos Oficiais de Justiça.

As sugestões colhidas junto ao público interno e externo serviram de subsídio para o desenvolvimento das etapas seguintes do Plano Estratégico. Entre os meses de outubro e novembro, houve a definição da identidade organizacional, dos objetivos estratégicos, indicadores, das metas e dos projetos voltados à melhoria dos serviços. Os trabalhos foram realizados por Grupo Representativo composto de 60 integrantes, entre desembargadores, juízes e servidores.

A quarta etapa ocorreu em novembro e consistiu em reuniões com unidades administrativas e judiciárias do TJCE. O objetivo foi formular planos setoriais alinhados à estratégia institucional para alcançar os objetivos estipulados para os próximos seis anos.

O Comitê Estratégico do Tribunal, responsável pela condução do processo de elaboração do Plano, dis-

ponibilizou hotsite para acompanhamento dos trabalhos e envio de sugestões dos públicos interno e externo. O Comitê é supervisionado pela desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira e coordenado pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão do TJCE.

O documento será entregue à Presidência do Tribunal para posterior apreciação do Órgão Especial.

CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA

O TJCE foi homenageado pelo Fórum Justiça por elaborar o Plano Estratégico 2015/2020 com a contribuição da sociedade. O evento ocorreu no auditório da Justiça Federal, em 10 de dezembro. O certificado foi entregue ao assessor especial da Presidência, Luis Eduardo de Menezes Lima. O Fórum reúne entidades públicas e da sociedade para discutir o aperfeiçoamento e a democratização do sistema de Justiça.

REFERÊNCIA EM GESTÃO

O Plano Estratégico definiu como missão para 2015-2020: "Garantir direitos para realizar Justiça". A visão é "Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da justiça". Os valores a serem norteadores das ações pelos próximos seis anos são: celeridade, efetividade, acessibilidade, transparência, responsabilidade social e ambiental, probidade e meritocracia.

Foram produzidos 34 indicadores, distribuídos entre 11 objetivos e 38 projetos estratégicos. Também houve a definição das fórmulas de medição e dos gestores das metas vinculadas aos indicadores.

GESTÃO ESTRATÉGICA

O TJCE obteve a segunda colocação (pontuação de 95%) entre os Tribunais estaduais na avaliação do nível de maturidade em gestão estratégica no ano de 2013, em relatório divulgado pelo CNJ. Na classificação geral (Tribunais dos Estados, Eleitorais, do Trabalho, Federais, Superiores e Conselhos), o TJCE ocupa a quarta colocação.

O TJCE foi homenageado pelo Fórum Justiça por elaborar o Plano Estratégico 2015/2020 com a contribuição da sociedade

Segundo a secretária especial de Planejamento e Gestão do TJCE, Diana Santos Pontes, o resultado demonstra a evolução da Justiça do Ceará nos últimos anos. Como ações que contribuíram para esse alcance destacam-se a elevação do nível de maturidade em gerenciamento de projetos, participação de servidores e magistrados na elaboração das propostas orçamentárias e formulação da estratégia, instituição de comitês para elaborar e monitorar a execução do Plano Estratégico, elaboração de plano de aquisição integrado à estratégia e aprimoramento da comunicação.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2015-2020

1) Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça
2) Intensificar a interlocução com a sociedade
3) Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional
4) Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos
5) Aprimorar a governança judiciária
6) Fortalecer a adoção das soluções alternativas de resolução de conflitos
7) Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes
8) Garantir a infraestrutura adequada
9) Aprimorar a gestão de pessoas
10) Aprimorar a governança e a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação
11) Garantir a sustentabilidade financeira

CEJAI JULGA E HABILITA 27 PROCEDIMENTOS DE ADOÇÃO INTERNACIONAL NO BIÊNIO 2013/2015

O órgão promove ainda ações para beneficiar quem vive nas unidades de acolhimento institucional. Proporciona atividades de lazer para as pessoas que esperam por adoção

O presidente da Comissão de Adoção Internacional é o desembargador Francisco Darival Beserra Primo

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Ceará (Cejai/CE), presidida pelo desembargador Francisco Darival Beserra Primo, julgou e habilitou 27 procedimentos de habilitação de crianças e adolescentes, nos últimos dois anos. Foram três requerentes da França, em 2013, e 24 da Itália, em 2014.

A Cejai também desenvolve atividades assistenciais. Por meio do projeto "De Mãos Unidas", proporciona lazer para crianças e adolescentes que vivem em unidades acolhimento institucional esperando adoção.

ATRIBUIÇÕES

Criada com a finalidade de orientar, executar e fiscalizar a aplicação do do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é um órgão de atuação descentralizada. Funciona por delegação do Tribunal de Justiça do Ceará, com prioridade para julgar os pedidos de habilitação de adoção internacional.

Mediante procedimentos administrativos, assegura que as ações de inclusão familiar realizadas fora do país respeitem os interesses dos adotados. O órgão observa a garantia da prevalência da adoção no Brasil, já que a internacional é considerada via de exceção, com previsão legal no ECA. O texto consagra o direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.

EQUIPE

Além do desembargador Francisco Darival, integram a Comissão os juízes Rita Emília de Carvalho Rodrigues Bezerra de Menezes (1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Fortaleza), Alda Maria Holanda Leite (3ª Vara), Francisco Jaime de Medeiros Neto (4ª Vara) e Manuel Clístenes de Façanha e Gonçalves (5ª Vara). O Ministério Público do Estado é representado pela procuradora de Justiça Maria Elaine Lima Maciel.

EDITORA DO TJCE LANÇA OBRAS E REALIZA EXPOSIÇÃO

A Editora do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) lançou, em dezembro de 2014, o fac-símile da segunda edição da obra "Dos Recursos em Primeiro Grau de Jurisdição", de autoria do desembargador Antônio Carlos Costa e Silva, já falecido.

No texto de apresentação, o presidente da Corte, desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, ressaltou que "Antônio Carlos Costa e Silva dominava como poucos o processo civil. Objetivo no lecionar e claro no escrever, possuía o raríssimo dom de se fazer entender à primeira leitura, ainda quando versava os mais intricados aspectos da matéria".

Segundo o chefe do Poder Judiciário, com a reimpressão do fac-símile, o "Tribunal de Justiça reverencia a memória de um dos mais ilustres juristas que a terra alencarina deu ao Brasil".

SELO 140 ANOS

Durante o lançamento da obra, o desembargador Carlos Alberto Mendes Fortes, em nome do Conselho Editorial do TJCE, prestou homenagem ao autor.

No discurso, descreveu o desembargador Antônio Carlos Costa e Silva como um homem de grande "humildade e senso de humor". Representando a família, o filho do homenageado, Francisco José Nepomuceno Costa e Silva, agradeceu e disse que o pai foi um profissional de "vida pautada pela carreira que abraçou"

Na ocasião, o presidente do TJCE, realizou a obliteração do primeiro selo alusivo aos 140 anos do Tribunal de Justiça. Uma réplica do carimbo utilizado na homenagem foi entregue pelo presidente regional adjunto dos Correios, Willian Porto. Os desembargadores Francisco Lincoln Araújo e Silva, vice-presidente da Corte, e Francisco Sales Neto, corregedor-geral da Justiça, também participaram.

Ocorreram ainda os lançamentos do "Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado, Anotado e Legislação de Referência" e da "Revista dos Pareceres Administrativos nº 2". As obras foram exibidas, de 17 a 19 de dezembro de 2014, na exposição com as edições produzidas no biênio 2013/2015.

A desembargadora Sérgia Maria Mendonça Miranda, presidente do Conselho Editorial, fez retrospectiva das atividades e agradeceu o apoio do desembargador Gerardo Brígido. A magistrada destacou as publicações ao longo da atual gestão, como a Série Direito Vivo - Sentenças - Volume II, Revista de Jurisprudência, Revista Themis (volumes 9, 10 e 11), da Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec), e a obra "Recursos Especial e Extraordinário no Novo Código de Processo Civil – Estudo em homenagem ao professor José de Albuquerque Rocha". Segundo ela, a Editora "produziu muito para a comunidade jurídica do Ceará."

Obras produzidas pela Editora do TJCE durante o biênio 2013/2015 e o selo alusivo aos 140 anos do Tribunal de Justiça

GRUPO DE AUXÍLIO ANALISA MAIS DE 4 MIL PROCESSOS REFERENTES A METAS DO CNJ

O Grupo de Auxílio é coordenado pelo des. Inácio de Alencar Cortez Neto

Os juízes do Grupo de Auxílio, instituído pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) para agilizar o cumprimento das Metas 4 e 18 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), examinaram 4.406 ações de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública em dois anos. Desse total, 2.376 foram analisados em 2014 e 2.030 em 2013.

Os dados foram divulgados pelo Gabinete do desembargador Inácio de Alencar Cortez Neto, gestor das metas no Judiciário cearense. A equipe de magistrados iniciou os trabalhos em julho de 2013 e encerrou em dezembro de 2014. Ao todo, foram visitadas 227 comarcas, incluindo Fortaleza.

No período, os juízes proferiram 950 sentenças, 158 decisões (recebimentos de petição inicial/denúncia e diligências), 822 despachos e 1.427 exclusões (processos não faziam parte da Meta 18). Durante os trabalhos, 1.132 processos também foram vistoriados. Essas ações já estavam com audiências marcadas e diligências determinadas pelo juiz titular da Comarca, por isso não necessitaram de movimentação por parte do grupo.

Para o desembargador, a força-tarefa deu agilidade à movimentação dos processos, auxiliando os juízes das comarcas. Ele explicou que o trabalho não excluiu a atuação dos magistrados titulares, que também continuaram empreendendo esforços para julgar as ações.

O grupo foi instituído com o objetivo de identificar, monitorar e/ou julgar, até o fim de 2013, as ações de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012. Para isso, os juízes recebiam um levantamento dos processos que deveriam ser movimentados. Depois, se deslocavam até o local, onde realizavam atos necessários como audiências, despachos e sentenças, respeitando o processo legal.

EQUIPE

Participaram das atividades os juízes Luciano Nunes Maia Freire (3ª Vara de Tauá); Edison Ponte Bandeira de Melo (auxiliar da 6ª Zona Judiciária); Daniel Carvalho Carneiro (auxiliar da 6ª Zona Judiciária); Francisco Marcello Alves Nobre (auxiliar da 6ª Zona Judiciária); Henrique Lacerda de Vasconcelos (2ª Vara Cível de Sobral); Roberto Viana Diniz de Freitas (19ª Vara de Família); Joriza Magalhães Pinheiro (9ª Vara da Fazenda Pública); Daniela Lima da Rocha (juíza auxiliar); e Ana Cleyde Viana de Sousa (14ª Vara da Fazenda Pública).

Eles trabalharam nas comarcas sem prejuízo das funções. Os servidores Lya Vasconcelos Lima Gomes, Geraldo Fernandes Santos, Bruno de Albuquerque Barreto, Jacira Maria Augusto Moreira Pavão Santana, Anna Marta Schimmelpfeng de Moura, Mateus Costa Tomaz de Sousa e Gilberto Silva Viana se revezaram para dar suporte aos serviços.

"JUDICIÁRIO EM EVIDÊNCIA" COMPLETA DOIS ANOS DE EXIBIÇÃO

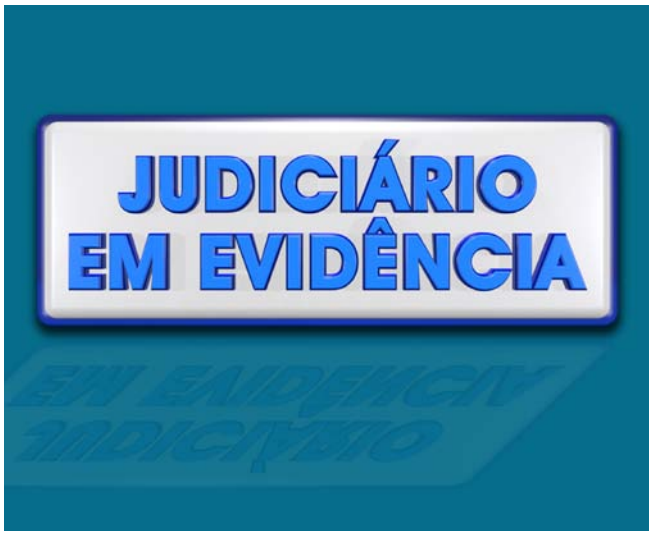
Produzido pela Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário, o programa contribui para aprofundar o debate sobre temas relativos a direitos do consumidor e do cidadão. Em dois anos foram 90 programas

O programa "Judiciário em Evidência" completou dois anos no dia 29 de dezembro de 2014. Exibido na TV Assembleia (emissora do Poder Legislativo estadual), TV O Povo (Fundação Demócrito Rocha) e TV Fortaleza (Câmara de Vereadores da Capital), é produzido pela Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário cearense.

Durante esse período, foram 90 programas com reportagens, notas e entrevistas com a participação de desembargadores, juízes e servidores. Entre os assuntos, ações administrativas e decisões da Justiça do Ceará. Profissionais de outras instituições também foram convidados, contribuindo para debate mais aprofundado de assuntos relativos a direitos do consumidor e do cidadão.

Temas como Lei Maria da Penha, tornozeleira eletrônica, judicialização da saúde, inclusão indevida em órgãos de proteção ao crédito, extravio de bagagem durante viagem aérea, ressocialização de detentos e egressos do sistema prisional, isonomia salarial entre servidores da Capital e do Interior, atuação do Judiciário na Copa do Mundo de 2014, guarda compartilhada de filhos, fraudes contra aposentados foram discutidos no estúdio. O programa ainda teve entrevistas que trataram de processos de sucessões, licitação, acesso à Justiça, direito empresarial e imobiliário, propriedade intelectual, Lei da Ficha Limpa, e também sobre credenciamentos de peritos, tradutores e intérpretes para atuar em perícias realizadas pela Justiça estadual, quando as partes forem beneficiadas da gratuidade judiciária.

O programa é exibido em três emissoras de TV, no YouTube e no site do TJCE



Além das entrevistas em estúdio, o programa exibe reportagens sobre diversos assuntos, como maus-tratos contra animais, paternidade socioafetiva, adoção, projeto contra as drogas, doação de sangue e de medula, responsabilidade socioambiental e novos fóruns. Nas matérias também foram mostrados os mutirões promovidos pela Justiça cearense, projetos de ressocialização de apenados, cursos para juízes, solenidades de posse de novos desembargadores e de eleição da nova administração do Poder Judiciário para o biênio 2015/2017. Foram

A cobertura abrange o TJCE, Corregedoria, Fórum Clóvis Beviláqua, Turmas Recursais, Esmec, Juizados Especiais e Comarcas do interior

escolhidos os desembargadores Maria Iracema Martins do Vale (presidente), Francisco de Assis Filgueira Mendes (vice-presidente) e Francisco Lincoln Araújo e Silva (corregedor-geral).

A cobertura abrange Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), Corregedoria Geral da Justiça, Fórum Clóvis Beviláqua, Fórum das Turmas Recursais Professor Dolor Barreira, Escola Superior da Magistratura do Estado (Esmec) e Juizados (Especiais, Móvel, da Mulher e do Torcedor), em Fortaleza. Quando preciso, os repórteres também fazem matérias na Região Metropolitana da Capital e no Interior.

O programa já esteve em Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Pindoretama, Canindé, Crateús, Limoeiro do Norte, Juazeiro do Norte e Boa Viagem.

Algumas reportagens são enviadas para a TV Justiça, em Brasília. O material é exibido nos telejornais e disponibilizado no site da emissora, administrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Produzido pela Assessoria de Comunicação da Justiça cearense, o programa tem até 30 minutos de duração, incluindo dois intervalos. As apresentadoras, os repórteres, produtores e editores são profissionais do TJCE. A equipe técnica (cinegrafistas, auxiliares, diretor e editor de imagens, operadores) foi contratada por meio de licitação.

TV do Judiciário

DPVAT Ver todos os videos

O "Judiciário em Evidência" está também na página do TJCE

CANAIS, DIAS E HORÁRIOS

. TV Assembleia – canal 30 (aberto e Multiplay) **Sábado (19h30)**
. TV O Povo – canais 48 (aberto) e 23 (Multiplay) **Domingo (12h15)**
. TV Fortaleza – canais 6 (Multiplay), 61.4 (aberto) e 361.4 (Sky) **Segunda-feira (14h30) e reprises na quarta (7h), quinta (15h10) e no sábado (12h)**
. Site: www.tjce.jus.br
. YouTube: Canal TJCE Imprensa

Equipes de reportagens estão presentes nos principais eventos do Judiciário estadual

Judiciário em Foco

TRIBUNAL PLENO

Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido - Presidente
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva - Vice-presidente
Des. Francisco Sales Neto - Corregedor-geral da Justiça
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Des. Rômulo Moreira de Deus
Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Des. Francisco Pedrosa Teixeira
Desa.Vera Lúcia Correia Lima
Des. Clécio Aguiar de Magalhães
Des. Francisco Barbosa Filho
Des. Paulo Camelo Timbó
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Desa. Sérgia Maria Mendonça Miranda
Des. Jucid Peixoto do Amaral
Des. Paulo Francisco Banhos Ponte
Desa. Francisca Adelineide Viana
Des. Durval Aires Filho
Des. Francisco Gladyson Pontes
Des. Francisco Darival Beserra Primo
Des. Francisco Bezerra Cavalcante
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Des. Washington Luis Bezerra de Araújo
Des. Carlos Alberto Mendes Forte
Des. Teodoro Silva Santos
Des. Carlos Rodrigues Feitosa
Desa. Maria Iraneide Moura Silva
Des. Francisco Gomes de Moura
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Desa. Maria Vilauba Fausto Lopes
Desa. Maria Gladys Lima Vieira
Desa. Lisete de Sousa Gadelha
Des. Raimundo Nonato Silva Santos
Des. Paulo Airton Albuquerque Filho
Desa. Maria Edna Martins
Des. Mário Parente Teófilo Neto
Desa.Tereze Neumann Duarte Chaves
Des.José Tracilio Souza da Silva
Desa.Helena Lúcia Soares
Desa.Maria Fátima de Melo Loureiro
Dra. Chrystianne dos Santos Sobral - Secretária Geral

ÓRGÃO ESPECIAL

Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Des. Rômulo Moreira de Deus
Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Des. Francisco Sales Neto
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Des. Clécio Aguiar de Magalhães
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Des. Francisco Darival Beserra Primo
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Des. Washington Luis Bezerra de Araújo
Desa. Maria Iraneide Moura Silva
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Des. Francisco Gladyson Pontes
Dra. Chrystianne dos Santos Sobral - Secretária Geral

Juiz Francisco Luciano Lima Rodrigues - Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua

Juiz Antonio Carlos Pinheiro Klein - Juiz Coordenador da Esmec
Juíza Mirian Porto Mota Randal Pompeu - Juíza Auxiliar da Presidência
Juiz Francisco Eduardo Fontenele Batista - Juiz Auxiliar da Presidência
Juiz Eduardo de Castro Neto - Juiz Auxiliar da Presidência
Luís Eduardo de Menezes Lima - Assessor Especial da Presidência
Maria Carmen de Lima Martins Pinto - Secretária Judiciário
Diana Santos Pontes - Secretária Especial de Planejamento e Gestão
Anco Márcio Guimarães - Secretário de Administração
Vládia Santos Teixeira - Secretária de Gestão de Pessoas
José Joaquim Neto Cisne - Secretário de Finanças
Francisco Moacir da Silva Medeiros Júnior - Sec. de Tecnologia da Informação
José Wilton Bessa Macêdo Sá - Secretário-executivo do Fórum Clóvis Beviláqua
Mailu de Oliveira Franco Alvarenga - Assessora Institucional
Ticiana Porfirio - Auditora-chefe de Controle Interno
Luís Lima Verde Sobrinho - Consultor Jurídico
Dalva Regina Luna Queiroz - Chefe da Assessoria de Comunicação
Silvio de Paiva Ribeiro - Chefe da Assessoria de Cerimonial
Major PM Lourival Cordeiro Lima - Assistente Militar

EXPEDIENTE

A revista Judiciário em Foco é produzida pela Assessoria
de Comunicação do Poder Judiciário
Fortaleza, janeiro de 2015
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Telefones: (85) 3207.7056/7060
Fax: (85) 3207.7058
E-mail: imprensa@tjce.jus.br
Impresso no Parque Gráfico do Tribunal de Justiça